



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

VALDECI AUGUSTO DE OLIVEIRA

**REALIDADE EDUCACIONAL DE SANTA MARIA DA
VITÓRIA (2001 – 2008) E SUAS PERSPECTIVAS**

**SALVADOR
2011**

VALDECI AUGUSTO DE OLIVEIRA

**REALIDADE EDUCACIONAL DE SANTA MARIA DA
VITÓRIA (2001 – 2008) E SUAS PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Baltrusis

SALVADOR
2011

UCSal. Sistema de Bibliotecas

O48 Oliveira, Valdeci Augusto de.

Realidade educacional de Santa Maria da Vitória (2001 – 2008)
e suas perspectivas/ Valdeci Augusto de Oliveira. – Salvador, 2011.
101 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientação: Prof. Dr. Nelson Baltrusis.



Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Homologado pelo CNE (Portaria Nº 3.116, 09/09/2005)

TERMO DE APROVAÇÃO

Valdeci Augusto de Oliveira

Realidade educacional de Santa Maria da Vitória (2001-2008) e suas perspectivas

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 01 de agosto de 2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dr.
Orientador (a) Nelson Baltrusis
Doutor em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Católica do Salvador - UCSal

Prof. Dr.
André Alves Portella
Doutor em Direito Financeiro e Tributário
Universidade Católica do Salvador - UCSal

Prof. Dr.
Benjito Muiños Juncal
Doutorado em Geografia Humana
Faculdade Dois de Julho

**Dedico este trabalho aos brasileiros que
acreditam na educação pública.**

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Nelson Baltrusis, meu orientador, pela paciência e também por sua contribuição, ajudando-me na construção deste trabalho.

Ao professor Dr. Peter, o primeiro orientador, que me estimulou a escrever esta dissertação.

À coordenação e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, por todo apoio e auxílio durante este percurso acadêmico.

Aos colegas do mestrado, pela partilha constante de conhecimentos e experiências que muito contribuíram para a minha formação e crescimento coletivo.

Ao companheiro professor Mestre Francisco Neto, que muito me auxiliou. Sua ajuda foi imprescindível para o término deste trabalho.

À professora Doutora Kátia Siqueira de Freitas, que me ajudou a entender a direção que deveria dar a esta dissertação.

Aos professores Doutores André Portella e Benito Juncal que fizeram críticas importantes na qualificação deste trabalho.

Aos professores e professoras da região oeste da Bahia, que nos últimos dezesseis anos me ajudaram a ler e viver a educação pública de uma forma “mais realista”, nem pessimista nem otimista demais.

Agradeço a Verinha, minha esposa, presente na minha vida nos últimos vinte e sete anos, e as minhas filhas queridas, Diana e Terezinha, pela paciência e compreensão em relação a minha vida acadêmica e política partidária que nos tiram horas preciosas de convivência.

Agradeço, por último e em primeiro lugar, ao DEUS da vida, que me deu saúde e Sabedoria para concluir esta dissertação. Agradeço pela proteção nas inúmeras viagens até à cidade de Salvador (1.800 km para ir e voltar). Agradeço pela grande energia que Ele me dá para seguir firme na caminhada.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um
ser condicionado mas, consciente do inacabamento,
sei que posso ir mais além dele.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa motivada pelo reconhecimento da importância da política pública educacional. A pesquisa, portanto, tem como objetivo geral investigar as repercussões nas políticas públicas do que foi realizado na educação municipal formal em Santa Maria da Vitória, região oeste do Estado da Bahia, durante o período de 2001 a 2008, apontando perspectivas. Trata-se de um estudo de caso numa perspectiva exploratório-explicativa, de cunho teórico-empírico, no qual, mediante o uso de procedimentos comparativos, buscou-se uma análise *quanti-quali* dos dados levantados na revisão bibliográfica, no estudo documental e na pesquisa de campo. A partir da investigação do problema proposto, constatou-se a comprovação da hipótese levantada, ou seja, de que a comunidade escolar entende como importante o funcionamento da escola, mas tem dificuldade de participar do processo educacional, porque, de fato, sua participação é muito incipiente. Ao analisar dados locais, comparar com outros municípios, observar opiniões de vários autores sobre o tema e ouvir a comunidade escolar, o estudo colabora para um olhar sobre a importância do sistema municipal de educação e aponta perspectivas futuras. Conclui-se que a escola é um espaço privilegiado de construção de cidadania e, conseqüentemente, espaço de desenvolvimento de pessoas capazes de comandar o crescimento político, social e econômico de um território. Na parte final da dissertação, apresenta-se a visão de como o sistema municipal de educação bem articulado, via a construção participativa do plano municipal de educação, pode colaborar para a melhoria da política pública de educação.

Palavras-chave: Educação Pública. Participação. PAR.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a search motivated by the recognition of the importance of the public education policy. The research therefore aims to investigate the impact on public policy of what has been done in formal municipal education in Santa Maria da Vitoria, in western Bahia, during the period 2001 to 2008, pointing out perspectives. It is a case study based in an exploratory and explanatory perspective, with theoretical and empirical basis, in which, through the use of comparative procedures, we sought a quantitative and qualitative analysis of data collected on the literature review, in the documental study and in the field research. From the investigation of the proposed problem, the hypothesis presented previously was proved, that is, the school community understands how important is the school running, but has difficult to participate in the educational process, because in fact their participation is very incipient. By analyzing local data, comparing with other municipalities, observing reviews by various authors on the subject and listening to the community school, the study contributes to a look at the importance of the municipal education and points out future perspectives. It is concluded that the school is a privileged space for the construction of citizenship and, consequently, a development space of people able to command the political, social and economic increase of a territory. At the end of the paper, we present a view of how the municipal well articulated system, through the participatory construction of the municipal education plan, can contribute to the improvement of public education policy.

Keywords: Public Education. Participation. PAR.

LISTA DE SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CME – Conselho Municipal da Educação

CNE – Conselho Nacional da Educação

DIREC - Diretoria Regional de Ensino

EFA's - Escolas Famílias Agrícolas

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

MEC – Ministério da Educação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDDE - Projeto Dinheiro Direto na Escola

PDDM - Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PEE - Plano Estadual de Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Plano Municipal da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA – Plano Plurianual

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRADIME - Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SEC – Secretaria da Educação do Estado da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

TCM – Tribunal de Contas dos Municípios

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA	18
1.1 TERRITÓRIO DO RIO CORRENTE	18
1.2 SANTA MARIA DA VITÓRIA	21
2 POLÍTICA EDUCACIONAL EM SANTA MARIA DA VITÓRIA (2001-2008)	26
2.1 O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	28
2.2 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	29
2.3 A EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TERRITÓRIO	30
2.4 A EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM SANTA MARIA DA VITÓRIA	35
3 EDUCAÇÃO PÚBLICA E REALIDADE LOCAL: com a palavra a comunidade	47
3.1 A PESQUISA	47
3.2 LEITURA DA PESQUISA COM OS PROFESSORES	50
3.3 LEITURA DA PESQUISA COM OS PAIS E ALUNOS	58
4 PLANO DE AÇÃO ARTICULADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS DE MELHORIA GRADATIVA DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS	65
4.1 FUNDEF	66
4.1.1 O Conselho Municipal do FUNDEF	69
4.2 O FUNDEB	70
4.3 PLANO DE AÇÃO ARTICULADA E A PERSPECTIVA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO	72
CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA PAIS E ALUNOS	95
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA PROFESSORES	98

INTRODUÇÃO

No Brasil, principalmente depois do processo de redemocratização, que teve como momento marcante o início da campanha das “diretas já”, em novembro de 1983, a discussão sobre o desenvolvimento e a política pública educacional ganhou novos atores fora do eixo institucional. Um exemplo foi o congresso nacional de educação, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1997, no qual a grande maioria dos participantes era da sociedade civil organizada.

Alterar a forma de fazer política pública no Brasil tem sido o compromisso de muitos homens e mulheres que se dedicam, cotidianamente, ao exercício da democracia. Nos últimos 30 anos, vimos surgir no Brasil uma série de espaços democráticos (sindicatos, partidos, organizações não governamentais) que têm como missão principal colaborar na formação de pessoas mais participativas, críticas e comprometidas com a construção de um país onde não somente uma minoria, mas todos possam escolher caminhos a seguir.

Sabe-se que as escolhas são feitas a partir do conhecimento que se tem. Como escolher sem conhecer? Compreende-se que as políticas públicas devem garantir o acesso de todos os cidadãos aos serviços públicos e que, a partir desse acesso, os cidadãos poderão, então, escolher se querem ou não estudar, cuidar de sua saúde, praticar esportes, trabalhar, morar, etc. Como afirma Boff, “ninguém fica fora da rede de relações incluídas e envolventes. Ninguém apenas existe. Todos interexistem e coexistem” (BOFF, 1998, p.18).

A herança da cultura coronelista no Brasil, infelizmente, nos influencia até os dias de hoje. Grande parcela da sociedade ainda considera que o vereador, o deputado, o prefeito têm mesmo é que ajudar seus amigos, sua família.

A educação nos parece a única saída para que atitudes de usurpação do poder, autoritarismo, uso da máquina pública em favor próprio sejam considerados impróprios num mandato público. Como acentua Manacorda, “nenhuma batalha

pedagógica pode ser separada da batalha política e social” (MANACORDA, 1996, p.1)

A política pública educacional no Brasil, na Bahia e no município de Santa Maria da Vitória - BA começou a ter uma sincronia maior com a implementação do Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, integrando os vários sistemas de educação (BRASIL, 2001,s/p).

Assim, criou-se um mecanismo legal para que os sistemas Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal promovam parcerias, principalmente do ponto de vista do financiamento, no intuito de qualificar a educação pública. Esse Plano, por exemplo, ajudou na evolução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), propiciando a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Na Bahia, o Plano Estadual de Educação (PEE), Lei nº 10.330/2006, também contribuiu para uma maior integração entre o sistema estadual e os sistemas municipais de educação. Um exemplo que podemos citar foi a obrigatoriedade dos sistemas municipais elaborarem seus planos municipais de educação, embora a maioria dos municípios ainda não tenha realizado esta tarefa, inclusive Santa Maria da Vitória. No Plano Estadual de Educação, em vários momentos, também encontramos o conceito de parceria entre os sistemas (BAHIA, 2006, s/p).

O governo federal, objetivando contribuir para com essa parceria, criou o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2007,s/p).

Essa preocupação em potencializar as políticas públicas educacionais para terem efetividade social e contribuírem com a formação integral do ser humano,

impactando no desenvolvimento do país e no desenvolvimento numa perspectiva regional e local, voltado para a qualidade de vida das pessoas, é que inquieta e motiva o autor, profissional da educação, para a realização desta pesquisa.

Além disso, ela se mostra relevante diante da necessidade de uma melhor compreensão sobre o processo de formulação e implementação de políticas públicas no âmbito educacional que tenham efetividade social. Busca-se, também, com este estudo, proporcionar ao município de Santa Maria da Vitória um referencial para o aprimoramento de suas práticas e o fortalecimento de suas políticas públicas.

Pretende-se, também, contribuir para suscitar outras reflexões e novas investigações acerca da política pública educacional que compreenda a escola como um espaço privilegiado de construção de cidadanias, conseqüentemente, espaço de desenvolvimento de pessoas capazes de comandar o crescimento político, social e econômico de um território.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como problema central investigar as repercussões nas políticas públicas do que foi realizado na educação municipal formal do município baiano de Santa Maria da Vitória, região oeste do estado, durante o período de 2001 a 2008, e suas perspectivas.

A marca temporal para essa pesquisa foi escolhida em função de ser marcado esse período por duas administrações municipais sucessivas com o mesmo gestor, que contou com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, a partir de 2007, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) como ferramentas que ajudaram na política de financiamento da educação pública.

Como tentativa de explicação provisória para o problema que norteou esta pesquisa, formula-se a seguinte hipótese:

1. A comunidade escolar entende como importante o funcionamento da escola, mas tem dificuldade de participar do processo educacional.

Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar as repercussões das políticas públicas educacionais implementadas, durante o período de 2001 a 2008, na educação municipal formal de Santa Maria da Vitória, apontando perspectivas. Pontuam-se como objetivos específicos: apresentar o perfil do sistema municipal de educação de Santa Maria da Vitória; apresentar as novas políticas educacionais, ordenadas por Leis Federais, a partir do ano de 1996; apresentar e discutir a organização do Plano de Ação Articuladas (PAR) do município; analisar a visão da comunidade escolar em relação à escola; e apresentar sugestões para o sistema municipal de educação.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o uso da metodologia adequada, entendida como um conjunto de métodos e técnicas, como um caminho traçado a serviço do pesquisador para o desvelamento do problema, é que confere credibilidade aos resultados dos estudos.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória-explicativa, dado à especificidade e à necessidade de um maior aprofundamento de compreensão de como Santa Maria da Vitória, através de seu sistema educacional, no período estudado, organizou sua política pública educacional.

Para tanto, optou-se por um estudo de caso, pois, conforme Jung (2003, p.132), quando se envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento, proporciona-se uma pesquisa mais consistente.

Quanto à natureza da exposição do objeto, trata-se de uma pesquisa de cunho teórico-empírico, e, para o desenvolvimento da investigação, utiliza-se:

- a) pesquisa bibliográfica;
- b) pesquisa eletrônica;
- c) pesquisas em documentação do município sobre políticas educacionais e legislação municipal;
- d) e pesquisa de campo, em que se aplicou questionários aos professores e demais membros da comunidade escolar de duas localidades de Santa Maria da Vitória: Mocambo e Inhaúmas.

A pesquisa de campo, realizada em seis visitas às referidas localidades, envolveu pais, alunos e professores das escolas municipais Jeremias Rodrigues da Silva (Mocambo) e Júlio Francisco do Santos (Inhaúmas), e foi realizada com questionários pré-elaborados (em anexo). Após pesquisa de campo, as informações coletadas foram analisadas e interpretadas numa perspectiva de abordagem *quantitativa-quali*.

O estudo aqui apresentado está estruturado da seguinte forma: introdução, quatro capítulos e conclusão.

Na introdução é destacado o contexto da pesquisa, seu recorte temporal, a justificativa para escolha do tema, o problema, as hipóteses e os objetivos que norteiam este estudo, além da metodologia que traça caminhos para o seu desenvolvimento, e, por fim, é feita uma breve descrição dos seus capítulos.

No primeiro capítulo, caracteriza-se o território municipal de Santa Maria da Vitória, priorizando as informações de dados sócio-econômicos e educacionais, para que o leitor tenha uma noção do território em questão.

No segundo capítulo, procura-se discutir os conceitos de política pública educacional através de uma ampla pesquisa bibliográfica. Aprofunda-se na questão da educação formal, a partir de duas referências principais: o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE). Destacaremos também duas Leis que ajudaram na política de financiamento da educação pública: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, a partir de 2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

No terceiro capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo realizada junto à comunidade escolar, no sentido de analisar o pensamento dos moradores de Inhaúmas e Mocambo no tocante a suas participações no sistema público municipal de educação, a partir da unidade escolar de ambas as localidades.

No quarto capítulo, trata-se especificamente a política municipal de educação em Santa Maria da Vitória, apresentando o Plano de Ações Articuladas (PAR), oficializado em 11 de março de 2008 pelo Executivo Municipal. O PAR é uma ferramenta do Ministério da Educação para auxiliar os sistemas de educação.

Na conclusão é feita uma síntese do que é produzido nos capítulos, uma avaliação do alcance dos objetivos e uma análise dos resultados das hipóteses. Em seguida, é feito um posicionamento crítico frente à temática pesquisada e, por fim, são apontadas algumas recomendações relevantes para o sistema municipal de educação de Santa Maria da Vitória.

1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA

Neste capítulo apresenta-se o Território de Identidade do Rio Corrente, onde se encontra o município de Santa Maria da Vitória. Optou-se por dividir a presente caracterização em duas partes (território de identidade e município), para uma compreensão geográfica melhor do espaço onde a pesquisa foi realizada.

1.1 TERRITÓRIO DO RIO CORRENTE

Territórios de Identidades é uma nova forma de organização adotado pelo Estado da Bahia a partir do ano de 2007. Para a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), o território pode ser definido como um espaço físico,

geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (BAHIA/SEPLAN, 2010).

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia compreende Território de Identidade como “a superação de um traçado no mapa pela assunção política do reconhecimento da força do local (...)” (BAHIA, 2009, p. 108). O que colabora para a implementação das políticas públicas, uma vez que possibilita à sociedade civil participar da elaboração do Plano Plurianual Participativo.

Para a SEPLAN, os territórios de identidade foram criados “com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 26 territórios de Identidade”. A seguir, por meio do Mapa 1, é apresentado a atual divisão do Estado da Bahia em vinte e seis territórios (BAHIA/SEPLAN, 2010).

MAPA 1 TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BAHIA



FONTE: BAHIA/SEPLAN, 2010

O Território da Bacia do Rio Corrente é identificado como de número 23, conforme Mapa 1. E, além de Santa Maria da Vitória, é composto por outros 10 (dez) municípios, a saber: Brejolândia, Canápolis, Côcos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo velho.

A Bacia do Rio Corrente faz divisa com os Territórios do Oeste Baiano (reconhecido por sua agroindústria) e o Velho Chico, e ainda faz fronteira com os Estados de Minas Gerais e Goiás.

Os onze municípios que formam o Território da Bacia do Rio Corrente somavam, em

2010, uma população de 200.942 (duzentos mil, novecentos e quarenta e dois) habitantes, como se observa na Tabela 1. Assim, o Território tem 1,43% (um vírgula quarenta e três por cento) da população baiana.

TABELA 1
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
BACIA DO RIO CORRENTE, 2000 E 2010

MUNICÍPIOS \ ANO	2000	2010
Brejolândia	8.762	11.127
Canápolis	9.743	9.382
Côcos	17.611	18.182
Coribe	15.148	14.301
Correntina	30.583	31.259
Jaborandi	10.288	8.976
Santa Maria da Vitória	41.261	40.309
Santana	24.139	24.747
São Félix do Coribe	11.758	13.042
Serra Dourada	18.015	18.182
Tabocas do Brejo Velho	12.619	11.428

FONTE: BRASIL/IBGE, 2000-2010

Santa Maria da Vitória é o município com maior população, e Jaborandi possui a menor, entretanto, tem um território de mais de nove mil quilômetros quadrados, enquanto Santa Maria da Vitória não ultrapassa dois mil quilômetros quadrados de extensão territorial. Observa-se, ainda, que cinco municípios, em comparação com o ano 2000, diminuíram sua população, enquanto os outros seis aumentaram.

Para colaborar na organização dos Territórios, e também na efetivação das políticas públicas, existe na Bahia a Coordenação Estadual dos Territórios (CET). Essa coordenação trabalha para reforçar a importância da abordagem territorial como um elemento inovador da administração pública, em particular, para a articulação e integração de políticas setoriais. Cada território de identidade possui dois membros nessa coordenação.

1.2 SANTA MARIA DA VITÓRIA

Santa Maria da Vitória fica a 896 Km de Salvador, capital do Estado. Tem uma população de 40.309 (quarenta mil, trezentos e nove) habitantes, (BRASIL/IBGE, 2010). Sua extensão territorial é de 1.891 Km², e está situada na mesorregião geográfica do extremo oeste baiano, na microrregião geográfica de Santa Maria da Vitória, na região econômica 15 Oeste, na 26^a região administrativa, (BAHIA/SEI, 2010). É considerado município “pólo”, porque concentra vários órgãos da administração pública (federal e estadual) de caráter regional, como a Receita Federal, depósito da Companhia Nacional de Alimentação, Secretária da Fazenda, Hospital Regional, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, Circunscrição Regional de Trânsito, Diretoria Regional da Saúde, entre outros. Logo, a população dos outros dez municípios converge para Santa Maria da Vitória para acessar os serviços que esses órgãos públicos oferecem.

A sede do atual município de Santa Maria da Vitória teve origem em meados do século XIX, num arraial formado na margem esquerda do Rio Corrente, território então pertencente ao município do Rio das Éguas. Em 1840, existiam poucas casas na localidade que a população e os visitantes usavam como “porto”. Na região havia muitos insetos que incomodavam, principalmente à noite, e também uma grande área úmida às margens do Rio. Assim, a área que os moradores edificaram as primeiras construções, distante mais ou menos quinze quilômetros da margem do Rio, foi no “Brejo do Espírito Santo”, local considerado como de fundação do município, que foi emancipado politicamente em 1909 e tem como data de aniversário o dia 26 de junho.

Assim o IBGE apresenta uma parte do histórico do município:

Pelo Decreto Estadual número 141 de 31 de dezembro de 1.943, parte do Distrito de Inhaúmas foi anexado ao município de Correntina (ex Rio das Éguas) e o município teve o seu nome mudado para Santa Maria da Vitória. Por esse mesmo Decreto Lei, os Distritos de São Pedro e Alegre, tiveram os nomes mudados para, respectivamente, Açudina e Coribe. A composição distrital do município, de acordo com a Lei Estadual número 628 de 30 de dezembro de 1.953, é a seguinte: Santa Maria da Vitória, Açudina, Coribe e Inhaúmas (BRASIL/IBGE, 2010).

Santa Maria da Vitória é a terra de Osório Alves de Castro, autor do livro “Porto Calendário”, romance que recebeu públicos elogios de Guimarães Rosa. No livro, Castro escreve muito sobre os coronéis que controlavam o município. Em um trecho mostra como se pensava a política:

“Meus senhores, vou como encarregado do governador, apresentar o novo Código de paz e fraternidade, elaborado e assinado pelos seus garantidores como instrumento bastante para manter e estimular o progresso e a justiça em Santa Maria da Vitória” (CASTRO, 2003, p.295).

E os “garantidores” que assinaram o documento, datado de janeiro de 1922, além do representante do governador e de um deputado federal, eram os dois coronéis mais influentes da região, que, pelo documento, tinham prioridade para a comercialização dos produtos. Um coronel explorava com exclusividade a compra de algodão, couro de boi, gado de corte e a venda de querosene, enxadas, remédios em vidros e cobre em lâminas. O outro coronel tinha a exclusividade nas compras de peles de cabras e carneiro, maniçoba, resinas, aguardente e peixe seco, além da venda de sal, arreios, anzóis, cerveja, imagens de santo, bandeiras e fogos. Os demais comerciantes podiam comprar e vender todos os outros produtos não relacionados.

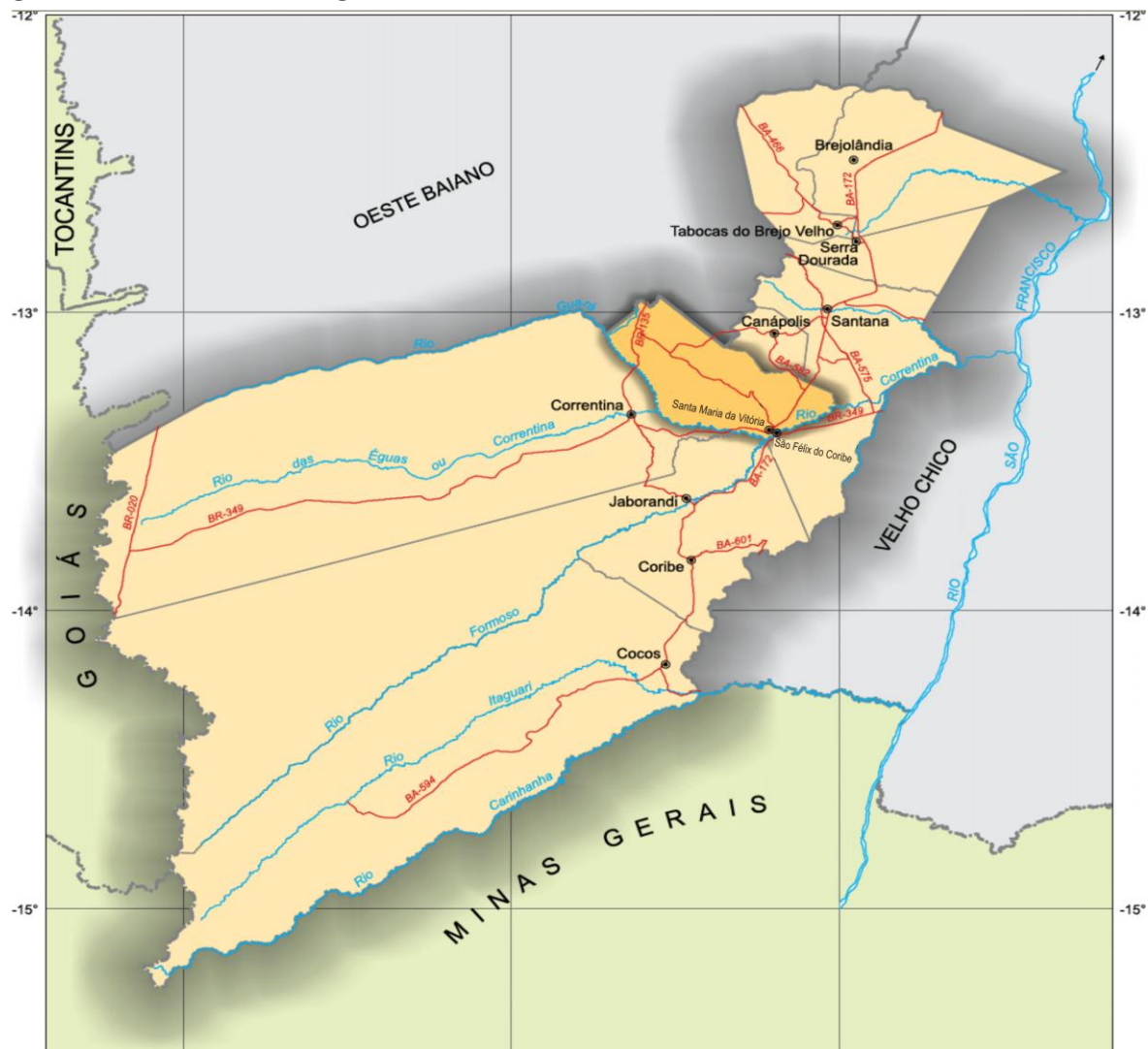
A economia municipal sempre foi sustentada, majoritariamente, pela agricultura familiar e o comércio de gado de corte. Recentemente é que as áreas de serviços e comércio vêm ganhando espaços significativos na economia local e despontam como grandes empregadores. A organização dos dirigentes lojistas colaborou para a visão de que um empregado formal no estabelecimento é um bom investimento, e não deve ser visto como uma despesa. Do ponto de vista do emprego formal, a prefeitura é a maior empregadora do município. Só nas funções de professores e agentes comunitários de saúde, empregava, em 2009, 578 (quinhentos e setenta e oito) pessoas. A indústria ainda é representada por poucos e pequenos empreendimentos.

Na década de 70, do século XX, enquanto os municípios de Barreiras, Correntina e São Desidério receberam a colonização de pessoas oriundas da região Sul do país, para Santa Maria da Vitória migraram muitos pernambucanos. As vaquejadas hoje existentes em abundância na região são oriundas da cultura desses migrantes.

Enquanto na região de Barreiras, a agroindústria expandiu muito rapidamente, com grandes plantações de soja, algodão, milho e café, na região de Santa Maria da Vitória não aconteceu algo que promovesse o desenvolvimento ou crescimento econômico. O fato é que, em 1970, a população de Barreiras era menor que a de Santa Maria da Vitória. Hoje, a população da primeira é de 112.917 habitantes (BRASIL/IBGE, 2010).

No território da Bacia do Rio Corrente, como se pode verificar no mapa 2, Santa Maria da Vitória tem uma posição geográfica privilegiada. Está a cento e oito quilômetros da cidade de Côcos e a cento e vinte e cinco de Brejolândia.

MAPA 2
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO CORRENTE
SANTA MARIA DA VITÓRIA



FONTE: BAHIA/SEI, 2010.

Santa Maria da Vitória viu, nos últimos dez anos, sua população diminuir, como se pode verificar na Tabela 2.

TABELA 2
POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 1996 - 2010

ANO	POPULAÇÃO
1996	42.095
2000	41.261
2007*	40.571
2010	40.309

FONTE: BRASIL/IBGE, 1996-2010; * Contagem da população

São vários os motivos da diminuição da população, além da saída de muitas pessoas do município na busca por emprego, melhor saúde e outras oportunidades, podemos citar um fato historicamente recente, que diz respeito à política pública educacional: em 1996 várias escolas do município não funcionaram de forma regular, devido ao fato do prefeito atrasar o pagamento dos funcionários em dez meses, por isso muitos alunos da zona rural do município não concluíram o ano letivo. O medo de ficar sem escola para os filhos no ano seguinte, colaborou para que várias famílias fossem para outros municípios, como Correntina, Goiânia, Barreiras, Brasília, entre outros.

Em Santa Maria da Vitória, cinquenta e nove por cento da população mora na zona urbana. E em relação ao sexo, vinte mil, trezentos e quarenta e um são homens e dezenove mil, setecentos e setenta e cinco mulheres.

Em relação à faixa etária e alfabetização, no ano 2000, Santa Maria da Vitória apresentava-se com um índice alto de analfabetismo, principalmente a partir da população acima de trinta anos de idade, como se observa na Tabela 3.

TABELA 3
POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS POR ALFABETIZAÇÃO E
GRUPOS DE IDADE
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2000

GRUPOS DE IDADE	TOTAL	ALFABETIZADA	NÃO ALFABETIZADA
5 a 9 anos	4.831	1.929	2.902
10 a 14 anos	5.393	4.673	720
15 a 19 anos	5.252	4.843	409
20 a 24 anos	3.656	3.098	558
25 a 29 anos	2.776	2.225	551
30 a 34 anos	2.590	1.922	668
35 a 39 anos	2.491	1.754	737
40 a 44 anos	2.137	1.477	660
45 a 49 anos	1.597	980	617
50 a 59 anos	2.680	1.341	1.339
60 a 69 anos	2.033	785	1.248
70 a 79 anos	1.048	362	686
80 anos ou mais	473	122	351
TOTAL	36.927	25.481	11.446

FONTE: BRASIL/IBGE, 2000

Na faixa etária de cinco a nove anos, o número de não alfabetizados é grande, principalmente porque não havia uma política pública de educação infantil, e a maioria das crianças só tinha acesso à escola com os sete anos ou mais de idade. Na faixa etária dos dez aos trinta anos, o número de pessoas alfabetizadas é bem superior às não alfabetizadas. Porém, os analfabetos, nessas faixas, ainda representam 13% (treze por cento) da população.

Santa Maria da Vitória é este município centenário, banhado pelo Rio Corrente, que faz parte do Cerrado brasileiro, e que será objeto do presente estudo. Sua resumida caracterização neste capítulo pode tornar-se um convite para o leitor “mais curioso” vir conhecê-lo.

2 POLÍTICA EDUCACIONAL EM SANTA MARIA DA VITÓRIA (2001-2008)

Política educacional para efeito da presente pesquisa está vinculada às políticas públicas sociais; pode ser entendida como as diretrizes, leis, programas ou projetos por meio dos quais a administração pública implementa, regula ou modifica determinada ação na área educativa, bem como é instrumento estratégico para a garantia e fortalecimento da cidadania. Ela se propõe a analisar e dar sentido ao conjunto de normas reguladoras entre o Estado e a sociedade no campo educacional.

No caso específico, as leis da educação nos ajudam a entender o conceito, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 - e o Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 10.172/2001. No âmbito municipal, no qual se enquadra a presente pesquisa, a Lei Municipal nº 643/2003, de 19 de dezembro de 2003, que criou o sistema municipal de educação, é uma referência importante (BRASIL, 2001; SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2003,).

De acordo com o artigo 23 da Constituição brasileira de 1988, e com as modificações realizadas pela Emenda Constitucional Nº 53, de 2006, União, Estados, Distrito Federal e Municípios possuem competências comuns. Segundo o parágrafo único desse artigo, as “leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar em âmbito nacional”. Tal dispositivo não sofreu uma regulamentação que assegure o regime de colaboração entre os entes federados. E essa regulamentação é fundamental para as políticas públicas, particularmente para garantir a oferta de educação escolar com qualidade (BRASIL, 2004, p. 31).

A política educacional, para além da política de financiamento, necessita de um sistema de educação em todos os entes da federação. Inclusive para colaborar com o regime democrático brasileiro, que precisa de liberdade para a escolha dos executivos e legislativos no âmbito federal, estadual e municipal. A esse respeito, Dimenstein considera que “(...) só existe liberdade quando se pode optar. E só existe opção quando se tem informação. A capacidade de um analfabeto ter informação é

muito limitada” (DIMENSTEIN, 1995, p. 145). E, na visão de Santos, “o Brasil é um país que ainda tem muitos analfabetos e, com a globalização, ser alfabetizado ou não implica maior ou menor participação na vida urbana” (SANTOS, 2000, p.58).

Freire, ao discutir sobre o analfabetismo, ressalta “que ele, como fenômeno social, só pode ser entendido em relação dialética com as ideologias nascidas na infraestrutura social, que determinam a política educacional global” (FREIRE, 1995, p.17).

No Brasil, “uma das causas básicas apontadas por especialistas para as dificuldades do ensino era o baixo investimento governamental – pouco acima de 4% do PIB entre 1998 e 2002 (...)” (BRASIL, 2007, p. 354). E, para Gentili, “os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, crise de democratização, mas uma crise gerencial” (GENTILI, 1996, p.17). Como Libâneo sugere, em relação à democratização da escola “trata-se, enfim, de proporcionar-lhes o saber e o saber fazer críticos como pré-condição para sua participação em outras instâncias da vida social, inclusive para melhoria de suas condições de vida” (LIBÂNEO, 1995, p. 12).

Objetivando colaborar na gestão da educação pública, foi criado o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001. Com ele a política pública educacional adquiriu novas ferramentas de planejamento e avaliação, adequando-se melhor às exigências da sociedade atual.

O Ministério da Educação (MEC), principalmente a partir do ano de 2003, com a posse de Luís Inácio Lula da Silva, adotou uma política de fortalecimento do Estado em relação à educação pública. A criação de novas Universidades Públicas Federais, criação de 150 novas escolas Técnicas e a criação do FUNDEB são alguns exemplos dessa intervenção.

O Estado passou a investir mais na política pública de educação. A implantação dos pólos da UAB - Universidade Aberta do Brasil - possibilitou o acesso ao ensino superior dos professores da educação básica que ainda não possuíam uma licenciatura. Na Bahia, por exemplo, foram disponibilizadas mais de 40 (quarenta)

mil vagas nessa modalidade. Também podemos citar a parceria que o Ministério da Educação realizou com o BNDES, que liberou, em 2007, créditos no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) para renovação da frota de veículos escolares do Brasil.

Em relação à formação de professores, a presidente Dilma, no seu discurso de posse, deu um grande incentivo ao declarar: “só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada (...)” (BRASIL/CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011). Monlevade já defendeu o que professores, pais e alunos pedem na pesquisa: “a experiência mundial de formação de professores tem ensinado que, na formação, é preciso unir “teoria e prática, ou seja, saberes e fazeres” (MONLEVADE, 2007, p.19), porque já aprendemos que para ensinar bem é preciso aprender todos os dias.

2.1 O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

No livro “Bahia, temas estratégicos – subsídios para a formulação de políticas públicas”, Avena reforça a importância da política educacional, e comenta sua essência política:

A área de Educação é política em essência. Formar pessoas abrange escolher conteúdos, as habilidades e as competências que elas deterão; envolve manter o *status quo* ou transformá-lo; excluir ou incluir. Os implementadores das políticas precisam estar formados e capacitados para exercer suas funções, sem, contudo, estar submetidos aos caprichos partidários. Se, a cada governo, a equipe técnica tiver que ser trocada, é essencial que se perceba que os custos envolvidos na troca implicam investimentos sacrificados em locais mais importantes, voltados para a aprendizagem do aluno. A persistir essa estratégia de mudança sem critérios de competência, a mudança no perfil da educação na Bahia dificilmente se dará. (AVENA, 2006, p.386).

Na Bahia, a partir do Plano Estadual de Educação, aprovado em setembro de 2006, por meio da Lei nº 10.330/2006, como consequência do PNE, criou-se as condições para uma melhor parceria entre os entes federados no tocante ao desenvolvimento da política pública educacional.

Na educação profissional baiana talvez essa sintonia seja melhor perceptível. Em 2006, nessa modalidade, havia pouco mais de quatro mil matrículas. E em 2010, avançou-se para mais de quarenta mil matrículas, com metas para aumentar em 2011.

O Plano Estadual de Educação, assim como o nacional, é estruturado de forma a pensar a educação básica e superior, com o objetivo de efetivar uma política de educação no Estado que permita contribuir para a consecução das ações educacionais, combinando critérios sócio-culturais, econômicos, geográficos e históricos. Metodologicamente, para os níveis e modalidades de ensino, começa sempre a partir de um diagnóstico, depois trabalha as diretrizes e os objetivos e metas. Como a duração dos planos é de dez anos, existe, também, uma comissão destinada ao seu acompanhamento e avaliação.

2.2 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação também indica a organização, nos municípios, dos Planos Municipais de Educação, visando o fortalecimento dos sistemas municipais de educação. Sobre esse aspecto Monlevade ressalta:

O Plano Municipal de Educação deve ser uma das alavancas do processo e do projeto de Desenvolvimento de todos os cidadãos do Município. Isto é bem mais complexo que simplesmente abrir escolas e colocar nelas todas as crianças: para que? Durante anos, as escolas têm sido depósitos onde as crianças levam dez, doze anos para fazer oitavo série do ensino fundamental. Quando não são antes retiradas do depósito para serem mais úteis numa carvoaria, num estacionamento de carros, numa lanchonete, numa esquina.

O Plano Municipal de Educação não é somente um plano de atividades da rede municipal de educação, das escolas sob responsabilidade do Município. É preciso que se tenha em mente constantemente, a situação econômica e social do Município, seu Plano de Desenvolvimento, para que a educação municipal se incorpore neste movimento e se engaje na história de libertação do povo da cidade e da zona rural – que são cidadãos concretos, normalmente objetos e que precisam se converter em sujeitos dos Planos Municipais, inclusive da educação (MONLEVADE, 2002, p.55-56).

Concordando com essa visão, Bisilliat afirma: “a idéia principal que norteia a Educação é a necessidade de se criar um sistema educativo bem feito e uma

cidadania crítica” (BISILLIAT, 2004, p.58).

Santa Maria da Vitória é um dos municípios baianos que ainda não elaborou seu plano municipal de educação. Realizou, durante o segundo semestre de 2010, várias conferências por “zonais” (uma divisão geográfica da Secretaria Municipal de Educação) para o debate sobre a educação e as propostas para a concretização do Plano Municipal de Educação - PME. Uma empresa especializada realiza o trabalho de assessoria técnica para a montagem do plano.

2.3 A EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TERRITÓRIO

Uma vez já definido o conceito de política pública educacional e suas bases para este estudo, será traçado, a partir de agora, um paralelo sobre os dados educacionais envolvendo os demais municípios da Bacia do Rio Corrente, objetivando uma melhor percepção da realidade regional, do ponto de vista da educação pública, colaborando, assim, para uma melhor percepção da realidade municipal.

Tendo como referência o ano de 2010, a Tabela 4 mostra a matrícula do ensino fundamental (1ª a 8ª séries naquele período) dos onze municípios do Território, informando também o quantitativo da população de sete a quatorze anos de idade, público alvo do ensino fundamental.

TABELA 4
MATRÍCULA INICIAL DA REDE MUNICIPAL NO ENSINO FUNDAMENTAL –
POPULAÇÃO TOTAL DE 7 A 14 ANOS
BACIA DO RIO CORRENTE, 2010

MUNICÍPIOS	MATRÍCULA INICIAL*	POPULAÇÃO TOTAL DE 7 A 14 ANOS**
Brejolândia	1.345	1.193
Canápolis	2.045	1.280
Côcos	3.563	2.249
Coribe	2.822	1.742
Correntina	6.006	4.021
Jaborandi	1.564	1.099
Santa Maria da Vitória	6.672	5.134
Santana	4.159	2.968
São Félix do Coribe	2.605	1.617
Serra Dourada	2.682	2.157
Tabocas do Brejo Velho	2.270	1.395

FONTE: *BRASIL/INEP, 2010; **BRASIL/IBGE, 2010

Os dados expostos na Tabela 4 mostram claramente a distorção idade série em todos os municípios da Bacia do Rio Corrente, ou seja, existem mais matrículas no ensino fundamental do que o total da população de sete a quatorze anos. Em números absolutos, a maior diferença encontra-se no município de Correntina, onde a matrícula total é de seis mil e seis alunos e a população na idade para frequentar este nível de ensino soma quatro mil e vinte e um habitantes.

Dentre os municípios da Bacia do Rio Corrente, Santa Maria da Vitória é o que mais tem escolas da rede municipal, sendo 13 unidades escolares na sede do município, tendo em vista a concentração da população na zona urbana (conforme tabela 5). A escola José Teixeira de Oliveira é a maior do município, com nove salas de aula, funcionando nos três períodos.

TABELA 5
NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE OFERTAM O ENSINO
FUNDAMENTAL POR LOCALIZAÇÃO - BACIA DO RIO CORRENTE, 2006

MUNICÍPIOS	ZONA URBANA	ZONA RURAL
Brejolândia	5	9
Canápolis	2	29
Côcos	6	57
Coribe	-	31
Correntina	4	41
Jaborandi	2	13
Santa Maria da Vitória	13	64
Santana	1	35
São Félix do Coribe	4	7
Serra Dourada	3	41
Tabocas do Brejo Velho	4	46

FONTE: BAHIA/SEI, 2006

Dos onze municípios da Bacia do Rio Corrente, Côcos, Correntina e Jaborandi são os que têm maior dificuldade de atendimento no serviço público no meio rural devido o tamanho dos respectivos territórios. A maior dificuldade está no deslocamento tanto dos alunos como dos professores, devido à distância e às condições ruins das estradas.

Interessante também citar a matrícula na educação infantil, nível de educação onde os municípios tinham dificuldade no atendimento devido ao fato da Lei Nacional de financiamento atingir somente o ensino fundamental, até o ano de 2007.

TABELA 6
MATRÍCULA INICIAL DA REDE MUNICIPAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR LOCALIZAÇÃO - BACIA DO RIO CORRENTE, 2006

MUNICÍPIOS	MATRÍCULA	
	ZONA URBANA	ZONA RURAL
Brejolândia	127	225
Canápolis	230	395
Côcos	248	929
Coribe	195	234
Correntina	539	1.045
Jaborandi	37	222
Santa Maria da vitória	849	855
Santana	599	531
São Félix do Coribe	545	277
Serra Dourada	150	642
Tabocas do Brejo Velho	169	540

FONTE: BAHIA/SEI, 2006.

O município com menor porcentagem de atendimento na educação infantil era Jaborandi, e o maior Canápolis. De maneira geral, o atendimento para a educação infantil era entre três e sete por cento da população. Em Santa Maria da Vitória eram atendidas, em 2006, na educação infantil, 4,2% (quatro vírgula dois por cento) da população total. E em idade escolar esse número representava aproximadamente 70% (setenta por cento) de crianças matriculadas em Santa Maria da Vitória.

Na Tabela 7, informa-se a matrícula da educação infantil e do ensino fundamental das redes municipais dos onze municípios no ano de 2008. Nenhuma rede municipal do Território oferece Ensino Médio.

TABELA 7
MATRÍCULA INICIAL DA REDE MUNICIPAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO
ENSINO FUNDAMENTAL - BACIA DO RIO CORRENTE, 2008

MATRÍCULA			
MUNICÍPIOS	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL
Brejolândia	406	1.252	1.658
Canápolis	557	1.801	2.358
Côcos	1.273	3.507	4.780
Coribe	580	3.062	3.642
Correntina	1.667	6.848	8.515
Jaborandi	288	1.690	1.978
Santa Maria da Vitória	1.679	7.677	9.356
Santana	1.244	4.199	5.443
São Félix do Coribe	695	2.827	3.522
Serra Dourada	893	3.108	4001
Tabocas do Brejo Velho	570	2.605	3.175

FONTE: BRASIL/INEP, 2008

As informações da Tabela 7 são importantes para se obter uma ideia geral de como se dá o atendimento à população do Território da Bacia do Rio Corrente, em se tratando da educação pública municipal. Novamente vale a pena lembrar a Tabela 1, onde se encontra a população por município, base do censo de 2010 do IBGE.

Os municípios de Correntina, São Félix do Coribe e Tabocas do Brejo Velho atendem mais de vinte e sete por cento da população nas duas modalidades. Ou seja, de cada cem habitantes do município, vinte e sete, no ano de 2008, estavam matriculados na rede municipal de educação.

Em Santa Maria da Vitória essa porcentagem é de 23,2% (vinte e três vírgula dois por cento), o que também é significativo, mas está 4 (quatro) pontos percentuais abaixo dos municípios de Tabocas do Brejo Velho, Correntina e São Félix do Coribe.

2.4 A EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM SANTA MARIA DA VITÓRIA

No município de Santa Maria da Vitória, nos oito anos em estudo, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o período, em média (como se observa na Tabela 8) 27% (vinte e sete por cento) da população total do município matriculou-se na rede municipal de educação.

TABELA 8
MATRÍCULA NA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2001 – 2008
E PORCENTAGEM EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL

ANO	MATRÍCULA	% EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL
2001	12.699	31
2002	12.580	30,6
2003	11.474	28
2004	11.559	28,2
2005	10.911	26,8
2006	10.228	25,1
2007	9.494	23,4
2008	9.356	23

FONTE: BRASIL/INEP, 2008 ; BRASI/IBGE, 2000, 2007

Concretamente a educação pública municipal atendeu, no período de 2001 a 2008, de 9 (nove) a 13 (treze) mil estudantes. Ao acrescentar a ação direta dos trabalhadores em educação e, de forma indireta, a participação da família no processo, a política educacional municipal é um importante espaço para agregar as pessoas, o que pode propiciar uma formação cidadã.

Enquanto a população brasileira cresceu quase 9,38% (nove vírgula trinta e oito por cento) no período de dez anos, e a baiana 4,3% (quatro vírgula três por cento), Santa Maria da Vitória viu sua população diminuir 2,8% (dois vírgula oito por cento), como podemos ver na Tabela 9. Esse decréscimo da população tem relação direta com o não desenvolvimento econômico e social do município, pois uma boa parte, principalmente da juventude, vai buscar em outras regiões oportunidades de estudo e trabalho.

TABELA 9
TOTAL DA POPULAÇÃO BRASIL, BAHIA, BACIA DO RIO CORRENTE E DE SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2000 E 2010

POPULAÇÃO	2000	2010
Brasil	169.799.170	190.732.694
Região Nordeste	47.741.711	53.078.137
Bahia	13.070.250	14.021.432
Bacia do Rio Corrente	199.927	193.340
Santa Maria da Vitória	41.261	40.309

FONTE: BRASIL/IBGE, 2000, 2010

Os dados da Tabela 9 podem e devem ajudar o sistema municipal de educação a refletir sobre qual o papel da política pública educacional frente à realidade demográfica municipal. O Ministério da Educação enfatiza:

O município é um dos lócus de desenvolvimento com igualdade social, ainda que os sistemas públicos de educação não possam por si só resolver os problemas sociais, já que estes excedem, em muito, as suas possibilidades e competências. Porém, isso não pode minimizar a importância do papel estratégico da ação (BRASIL/PRADIME, 2006, p.31).

No período estudado, 2001 a 2008, a educação formal envolveu, diretamente, mais de 26% (vinte e seis por cento) da população, conforme Tabela 8. Portanto, qualquer atividade realizada pela escola, em qualquer localidade ou na sede do município, afetaria a vida da maioria das famílias. Atividades básicas, como as aulas (que envolvem também transporte escolar, merenda, etc.), e atividades que procuram envolver toda a comunidade, como as gincanas e festa juninas, por exemplo, movimentam toda a população local.

Pelo censo do ano 2000 (dois mil), a população de Santa Maria da Vitória era de 41.261 (quarenta e um mil, duzentos e sessenta e um) habitantes. A matrícula total informada na Tabela 8, para o ano de 2001, era de 12.699 (doze mil, seiscentos e noventa e nove) alunos, ou seja, 30,7% (trinta vírgula sete por cento) da população total. Assim, de 2001 para 2008, o município perdeu 7% (sete por cento) de matrícula na educação infantil e no ensino fundamental.

A educação infantil, como uma modalidade que necessita de maior investimento

financeiro (cadeiras e carteiras de tamanhos diferentes, professores com treinamento específico, alimentação diferenciada) é oferecida no mesmo ambiente onde funciona o ensino fundamental, logo, no caso de Santa Maria da Vitória, existem poucas salas (a maioria em estabelecimentos urbanos) com adequação para a educação infantil, apesar de uma média de 1.646 (um mil, seiscentos e quarenta e seis) alunos entre os anos de 2004 e 2007, conforme tabela 10.

TABELA 10
MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR LOCALIZAÇÃO
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2004 - 2007

MATRÍCULA			
ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
2004	808	761	1569
2005	852	877	1729
2006	849	855	1704
2007	856	727	1583

FONTE: BRASIL/INEP, 2004-2007

Segundo o diagnóstico do Plano Nacional de Educação, “de uma população de aproximadamente 9,2 milhões de crianças (faixa de 4 a 6 anos), 4,3 milhões estavam matriculadas em pré-escolas no ano de 1997, equivalente a 46,7%” (quarenta e seis vírgula sete por cento) (CME, 2001, p. 9). Santa Maria da Vitória, no ano de 2000, tinha aproximadamente 2.400 (duas mil e quatrocentas) crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos de idade; assim, uma vez que sua população diminuiu, está dentro da média nacional.

Já em relação ao número de professores por matrícula no ensino infantil, tem-se uma média razoável, como mostra a Tabela 15. Por exemplo, observando o ano de 2007, em termos de matrícula rural, existia um professor para cada grupo de onze alunos. A questão, neste nível de ensino, é a falta de estrutura para a aplicação de metodologias para essa modalidade, com cadeiras e carteiras no tamanho correto e material didático específico.

TABELA 11
DOCENTES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR LOCALIZAÇÃO
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2004-2007

ANO \ DOCENTE	URBANO	RURAL	TOTAL
2004	39	71	110
2005	30	64	94
2006	39	66	105
2007	43	69	112

FONTE: BRASIL/INEP, 2004-2007

Em 1996, quando foi realizado o censo educacional pelo Ministério da Educação, Santa Maria da Vitória possuía mais de cem unidades escolares. No ano de 2007, como mostra a Tabela 12, esse número caiu para 77 (setenta e sete). Dois fatores principais levaram a esta realidade: a diminuição da população e a política municipal de nuclear algumas escolas, aumentando a demanda por serviço de transporte escolar.

TABELA 12
ESCOLAS QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL POR LOCALIZAÇÃO
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2004-2007

ANO \ ESCOLA	URBANA	RURAL	TOTAL
2004	15	82	97
2005	15	61	76
2006	13	64	77
2007	14	63	77

FONTE: BRASIL/INEP, 2004-2007

Mesmo a população urbana total do município ultrapassando os 55% (cinquenta e cinco por cento), a matrícula rural, de 2004 a 2007 representa, em média, 56% (cinquenta e seis) do total de alunos matriculados no ensino fundamental do município, conforme se observa na Tabela 13. A oferta de unidades escolares na zona rural colabora para esses números e, de certa forma, a política de transporte escolar para a zona rural também ajudou para a manutenção das matrículas nessa localização.

TABELA 13
MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL POR LOCALIZAÇÃO
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2004-2007 E PORCENTAGEM EM RELAÇÃO À
POPULAÇÃO TOTAL

MATRÍCULA ANO	URBANA	RURAL	TOTAL	% POPULAÇÃO TOTAL
2004	4.451	5.101	9.552	23,4
2005	4.132	4.707	8.839	21,9
2006	3.305	4.693	7.998	19,7
2007	3.101	4.434	7.535	18,6

FONTE: BRASIL/INEP, 2004-2007

Já a população urbana de estudantes de Santa Maria da Vitória, que vem aumentando censo após censo, seguindo uma tendência nacional, tem também à sua disposição escolas particulares que oferecem o Ensino Fundamental e médio. Esse fator também tem incidência sobre o número de matrículas na rede municipal, uma vez que na zona rural não existem escolas particulares.

TABELA 14
DOCENTES EM EXERCÍCIO NO ENSINO FUNDAMENTAL POR LOCALIZAÇÃO
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2004-2007

DOCENTE ANO	URBANO	RURAL	TOTAL
2004	198	204	402
2005	177	172	349
2006	166	191	357
2007	167	192	359

FONTE: BRASIL/INEP, 2004-2007

Os números na Tabela 14 refletem a necessidade de mais docentes no meio rural devido à existência de maior matrícula. Segundo a Secretaria de Educação Municipal, em 2010 o número de docentes aumentou, apesar da matrícula geral ter diminuído.

Mesmo com a diminuição da matrícula, os valores dos orçamentos anuais para o

período estudado aumentaram, assim como os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), expostos nas Tabelas 15 e 16, que são importantes para entender as possibilidades de investimento na educação pública municipal.¹

Para a educação, que recebe no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento municipal, o investimento na política educacional é uma garantia. No ano de 2001, quando o orçamento foi de R\$ 16.160.000,00 (dezesseis milhões, cento e sessenta mil reais), foi destinado para a educação R\$ 5.842.000,00 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e dois mil reais), segundo os dados da Câmara Municipal de Vereadores.

TABELA 15
VALOR DO ORÇAMENTO MUNICIPAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2001 - 2008

ANO	ORÇAMENTO MUNICIPAL (R\$)
2001	16.160.000,00
2002	17.485.167,60
2003	19.734.740,00
2004	21.588.175,63
2005	23.916.441,69
2006	25.223.443,86
2007	29.556.808,66
2008	35.010.039,85

FONTE: Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória; Pesquisa direta

O FUNDEF, aprovado pela Lei nº 9424/1996, de 24 de dezembro de 1996, proporcionou aos estados e municípios um melhor planejamento em relação aos investimentos na educação pública, uma vez que a União garante um valor mínimo por aluno/ano, sempre tendo como base a matrícula do ano anterior. Santa Maria da Vitória ganhou muito com essa ferramenta de política de financiamento para a

¹ Em 2007, com a criação do FUNDEB, o FUNDEF foi extinto.

educação pública (BRASIL, 1996, s/p).

Em relação aos valores mencionados na Tabela 15, em 2001, para uma matrícula de 12.699 (doze mil, seiscentos e noventa e nove) alunos no Ensino Fundamental, foi destinado R\$ 4.235.332,44 (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos), o que garantiu um valor por aluno de R\$ 333,51 (trezentos e trinta e três reais e cinquenta e um centavos) ano.

Já em 2008, o valor aluno/ano passou para R\$ 1.167,54 (hum mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), a matrícula de 9.173 (nove mil, cento e setenta e três) alunos e o recurso de R\$ 10.709.858,94 (dez milhões, setecentos e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos). Significa que em sete anos ocorreu uma melhora significativa em relação ao valor aluno/ano. Houve um incremento de receita municipal, uma vez que o Estado e a União realizaram a complementação para o município de Santa Maria da Vitória, via transferência constitucional.

Logo, os valores repassados para Santa Maria da Vitória, via FUNDEF e depois FUNDEB (tabela 16), ajudaram a movimentar a economia municipal, pois é uma receita certa. Todos os trabalhadores em educação recebem seus salários dentro do mês trabalhado; as empresas que vendem merenda escolar e os postos que vendem combustível para os veículos que realizam o transporte escolar têm um contrato de venda e prestação de serviço que dão uma garantia de renda mínima mensal, etc.

TABELA 16
RECEITA DO FUNDEF E FUNDEB MUNICIPAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2001 - 2006; 2007 E 2008

ANO	FUNDEF (R\$)	FUNDEB (R\$)
2001	4.235.332,44	-
2002	5.118.351,50	-
2003	5.132.685,97	-
2004	5.455.532,02	-
2005	6.299.394,36	-
2006	6.801.958,58	-
2007	-	8.801.958,58
2008	-	10.709.859,94

FONTE: BRASIL/RECEITA FEDERAL, 2001-2008

No período em estudo da presente pesquisa (2001-2008), Santa Maria da Vitória teve como prefeito o Senhor Prudente José de Moraes, que foi eleito em 2000 e reeleito em 2004. Todo o orçamento citado na Tabela 15 foi empenhado em sua gestão.

Em 2003, terceiro ano de seu mandato, foi aprovada a Lei Municipal nº 643, que criou o Sistema Municipal de Educação, e rege:

Art. 7º - O Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria da Vitória compreende:

I – as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, de Ensino Médio, de Educação Profissional, de Nível Técnico, Educação Normal para formação de professores.

II – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação.

Parágrafo Único – Os órgãos do Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria da Vitória são de caráter executivo, normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador (SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2003).

Em 29 de fevereiro de 2008, através do Decreto Municipal nº 675, foi criado o comitê Gestor do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, quando o município aderiu ao Plano de Ações Articuladas – PAR. Será dedicado um capítulo neste estudo para apresentar o PAR (SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2008).

Praticamente essas foram as duas Leis das quais a gestão municipal se utilizou nos oito anos para organizar a educação municipal. No início de sua gestão, em janeiro de 2001, a Câmara municipal foi convocada extraordinariamente para revogar a Lei que previa eleição direta para diretores das escolas municipais, a serem realizadas em fevereiro de 2001.

Para ajudar na explanação da política pública de educação, o ex-prefeito Prudente José de Moraes (2001-2008) e a atual secretária de educação do município, Edlar Gomes de Oliveira Benjamin, responderam quatro questões sobre o tema, que são reproduzidas a seguir, primeiro as respostas do ex-prefeito e depois da atual secretária.

1 – Como o senhor encontrou a organização da política pública de educação em janeiro de 2001?

RESPOSTA:

“Em uma situação não muito favorável.

- Professores com salários atrasados vários meses;
- prédios escolares mal conservados;
- escolas funcionando embaixo de árvores, em oficinas de farinha, em residências;
- diversos convênios sem prestação de conta ou funcionando irregularmente, como o Proformação.”

2 – Quais foram as principais ações que o senhor julga ter realizado no sistema educacional de Santa Maria da Vitória em oito anos de mandato?

RESPOSTA:

- “ - Ter colocado todas as crianças na escola do pré até a 8ª série, mesmo na época não havendo recursos para o ensino infantil;
- ter duplicado a capacidade física das escolas de Inhaúmas e Mocambo;
- criado a escola de Ponte Velha;
- criado a casa do Estudante de 2º grau em Santa Maria, o que possibilitou o acesso ao 2º grau aos mais pobres do interior do município;

- implantado o 2º grau em Inhaúmas, Mocambo e Açudina;
- implantado até a 8ª série em Água Quente;
- ampliação e reestruturação de creches;
- instalação do programa AABB comunidade;
- assinatura do convênio para instalação da Biblioteca Pública, instalada em 2009;
- instalação da Escola Técnica em parceria com o governo do estado.”

3 - Qual a herança que o senhor deixou para a administração no ano de 2009?

RESPOSTA:

“Uma maior e melhor rede de atendimento ao ensino.”

4 – No momento, ano de 2011, quais as perspectivas que o senhor avalia para a política pública de educação em Santa Maria da Vitória?

RESPOSTA:

“Na minha avaliação, as perspectivas não são muito boas, pois não estou vendo a solução para os mesmos problemas que eu também não consegui solucionar, por exemplo:

- instalação de uma universidade pública (retomada das ações para tal fim);
- aprimoramento de professores. É necessário que haja uma decisão política de se investir pesadamente no aperfeiçoamento dos professores, investimento este que sozinho o município não terá condições de arcar, sendo necessário o apoio do estado e da união. Só assim teremos a certeza de uma educação de melhor qualidade, e não somente de maior quantidade.”

1 – Como a senhora encontrou a organização da política pública de educação em janeiro de 2009?

RESPOSTA:

“Ao assumir a gestão da educação no município de Santa Maria da Vitória, encontramos muitas dificuldades. A principal delas foi o repasse de informações sobre a organização da política pública municipal para que pudessemos dar

continuidade às boas ações desenvolvidas, pois não havia muitos registros sobre os programas e projetos desenvolvidos pela secretaria. Há dificuldade para encontrar os documentos de prestações de contas de recursos como alimentação escolar, transporte escolar e o próprio FUNDEB. Não havia equipamentos funcionando, os computadores estavam sem memória, sem HD, arquivos destruídos, etc. No que se refere ao Plano de Ações Articuladas, tivemos acesso à cópia por ser um documento de domínio público, na oportunidade percebemos que quase todas as ações que ficaram sob a responsabilidade do município não tinham sido realizadas, inclusive o diagnóstico apresentado não correspondia com a realidade da educação local.”

2 Quais foram as principais ações que a senhora julga ter realizado no sistema educacional de Santa Maria da Vitória nestes 28 meses à frente da secretaria?

RESPOSTA:

“Conhecer e buscar a participação da comunidade para melhorar a educação local, ouvindo sugestões da comunidade escolar e de pessoas comprometidas com a educação, com vistas a uma gestão participativa.

O monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas – conseguimos focar em algumas ações inseridas, mas que anteriormente não havia sido realizadas a exemplo disso podemos citar:

Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos – com formação e estudo para o ciclo da infância; Cursos de formação continuada, Alfabetização e Linguagem, Progestão, Cursos de Libras; Implantação do programa Escola Ativa – com coordenadores atuantes e antenados sobre as perspectivas para a educação do campo; Curso de novas tecnologias da informação para professores através do PROINFO integrado; Conseguimos equipar as escolas com laboratórios de informática para as escolas da sede e interior; Reestruturação do Plano de cargos e Carreira dos Profissionais da Educação; Construção do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – com a ampla participação da sociedade, e principalmente comunidade escolar nas diversas localidades do município; Programa como o Caminho da Escola, para a melhoria do transporte escolar dos alunos de 5 localidades.”

3 Quais são os principais desafios que a senhora avalia para se obter uma educação pública municipal de qualidade?

RESPOSTA:

“Acredito que um dos grandes gargalos é a falta de autonomia dos secretários para gerir os recursos da educação, ficando sempre a mercê da secretaria de finanças e

outros, descumprimento da LDB, essa conquista viabilizaria muito as ações da secretaria. Um outro desafio é a separação da política partidária da política educacional. As interferências de muitos políticos atrapalham a gestão e a autonomia das escolas, pois muitos não estão interessados em melhorar a educação como um todo, apenas em garantir o empreguismo, colocando em cargos pessoas sem compromisso com a educação. A falta de percepção dos professores quanto o entendimento de valorização o professor. Muitos analisam que a valorização recai apenas em aumento salarial, mas se esquecem que valorizar implica também em melhorar as condições do local de trabalho, melhorar a infraestrutura das escolas, oferecer formação. A motivação dos profissionais da educação para exercer o seu papel com responsabilidade e compromisso com o que fazem é um grande desafio. A participação efetiva da família na educação dos filhos, no dia-a-dia da escola.”

4 – No momento, ano de 2011, quais as perspectivas que a senhora avalia para a política pública municipal de educação em Santa Maria da Vitória?

RESPOSTA:

“As perspectivas são muitas, porém, a priori, almejo que seja dada continuidade de programas e ações desenvolvidas pela secretaria com o objetivo principal de melhorar a qualidade da educação municipal, elevar o IDEB. Espero que as nossas crianças, adolescentes e adultos possam ser atendidos em escolas bem mais estruturadas tanto do ponto de vista da estrutura física, quanto pedagógica. Que os nossos professores possam ser cada vez mais valorizados e organizados com vista aos compromissos que têm com a educação e com o que fazem. Que as nossas escolas possam estar formando realmente cidadãos de fato e de direito, comprometidos com a transformação social, com um mundo melhor.”

Após este capítulo sobre a política pública educacional municipal em Santa Maria da Vitória, no período de 2001-2008, será apresentado, no próximo capítulo, o olhar da comunidade escolar, particularizando a pesquisa de campo em um Distrito, Inhaúmas e na comunidade de Mocambo.

3 EDUCAÇÃO PÚBLICA E REALIDADE LOCAL: nas palavra da comunidade

Uma vez que o objetivo desta pesquisa é estudar a realidade educacional de Santa Maria da Vitória e suas perspectivas, os questionamentos realizados junto à comunidade escolar foram no sentido de explorar o tema, assim como entender o pensamento dos moradores de Inhaúmas e Mocambo no tocante à participação dessas comunidades no processo educacional. As informações colhidas ajudaram a formular outras questões que serão apresentadas neste capítulo.

3.1 A PESQUISA

A pesquisa buscou identificar as diferentes repercussões da política educacional municipal em um Distrito, Inhaúmas (Mapa 3, Foto 1), que fica distante 95 (noventa e cinco) quilômetros da sede e na comunidade de Mocambo (Mapa 3, Foto 3), que fica a 45 (quarenta e cinco) quilômetros.

Responderam o questionário 21 (vinte e um) professores que trabalharam entre 2001 a 2008, nas escolas municipais Júlio Francisco dos Santos (Foto 2), localizada no distrito de Inhaúmas, e Jeremias Rodrigues da Silva (Foto 4), na localidade de Mocambo (ambas oferecem o ensino infantil e o fundamental). Entre pais e alunos, foram pesquisados 79 (setenta e nove) pessoas em Inhaúmas, e 100 (cem) na comunidade de Mocambo, de forma aleatória.

As entrevistas (questionários em anexo) foram realizadas, em sua maioria, nas residências, para facilitar a abordagem, principalmente porque em sua casa, teoricamente, o entrevistado fica mais à vontade. Já em relação aos professores, quase todos foram abordados em seu local de trabalho.

Foram aplicados dois questionários: um para os professores e outro para pais e alunos. O motivo de questionários diferentes se deve ao fato dos professores estarem diretamente ligados ao processo ensino aprendizagem na sala de aula e muitos deles possuírem mais de dez anos na profissão, o que proporciona, teoricamente, uma condição maior de análise crítica.

FOTO 1
DISTRITO DE INHAÚMAS
SANTA MARIA DA VITÓRIA - BAHIA



FONTE: Pesquisa de campo. Pelo autor em 10 jan. 2010

FOTO 2
ESCOLA JÚLIO FRANCISCO DOS SANTOS
DISTRITO DE INHAÚMAS, SANTA MARIA DA VITÓRIA - BAHIA



FONTE: Pesquisa de campo. Pelo autor em 10 jan. 2010

FOTO 3
POVOADO DE MOCAMBO
SANTA MARIA DA VITÓRIA - BAHIA



FONTE: Pesquisa de campo. Pelo autor em 10 jan. 2010

FOTO 4
ESCOLA JEREMIAS RODRIGUES DA SILVA
POVOADO DE MOCAMBO, SANTA MARIA DA VITÓRIA - BAHIA



FONTE: Pesquisa de campo. Pelo autor em 10 jan. 2010

Mocambo faz divisa com o município de Correntina, e Inhaúmas, com o município de São Desidério. A distância de ambas as localidades da sede, Santa Maria da Vitória, é um dos fatores que dificulta o atendimento das políticas públicas, como relatam vários entrevistados.

Apesar de Inhaúmas estar mais distante geograficamente, o acesso é melhor, devido à construção da BR 135, que passa ao lado do Distrito. Para se chegar ao Mocambo, existe um trecho de vinte e oito quilômetros de estrada de terra que dificulta o acesso, principalmente quando chove.

A semelhança entre Mocambo e Inhaúmas é que a população de ambas as comunidades usam mais os serviços da cidade de Correntina do que os de Santa Maria da Vitória. As feiras das duas cidades, por exemplo, são no sábado e poucas são as pessoas da região que vão para Santa Maria da Vitória. A maioria frequenta a feira de Correntina

Em relação ao serviço de saúde, os dois municípios têm hospital e, novamente, o mais procurado é o de Correntina, devido à facilidade de acesso.

3.2 LEITURA DA PESQUISA COM OS PROFESSORES

Vale ressaltar que hoje os professores de Santa Maria da Vitória, na sua quase totalidade, são concursados (com algumas exceções) e não vivem mais aquela insegurança de perder o emprego a qualquer momento. Os últimos concursos para professores aconteceram em 2001 e 2005.

Em relação à questão da contribuição da unidade escolar para o desenvolvimento local, encontram-se aqueles professores que consideram que a escola não tem nada a ver com essa questão e outros entendem que a escola colabora com o desenvolvimento e sua sustentabilidade.

A noção de conceito de desenvolvimento entre os professores é bastante diferenciada. Para alguns, o assistencialismo tem a ver com o desenvolvimento local, como diz uma professora: “a escola contribui para o desenvolvimento quando ajuda famílias carentes, através das coisas que arrecada com as gincanas.” Para outros, a realização de projetos que envolvem toda a comunidade, como debates sobre meio ambiente, é uma forma de contribuir para o desenvolvimento. Ou, ainda, atividades que reúnem pessoas de outras escolas para a realização de vários

eventos também são importantes para uma integração cultural e profissional.

Para a maioria dos pesquisados, o fato da escola existir naquela comunidade, independente do nível de sua atuação, já é uma contribuição para o desenvolvimento, como se pode perceber nestas respostas: “o fato de alunos de outras comunidades estudarem aqui, ajudou no desenvolvimento da localidade”; “aumentou muito o número da matrícula; a instituição cresceu, logo, ajudou a desenvolver a comunidade”. Ou seja, a noção de desenvolvimento está atrelada ao movimento que a escola proporciona na comunidade, com a circulação de alunos, professores e ônibus.

Para um grupo de professores, atividades que reúnem pessoas de outras escolas para a realização de vários eventos também são importantes para uma integração cultural e profissional. O que, de certa forma, ao ajudar na formação individual do participante, discutindo as questões das várias comunidades próximas, colabora para o desenvolvimento.

Já uma outra vertente entende que a escola colabora para o desenvolvimento local quando ajuda a formar pessoas que, no presente e no futuro, poderão dar o retorno para a comunidade. Uma professora respondeu assim: “a escola contribuiu com futuros profissionais que hoje estão atuando”. Essa professora foi aluna da escola onde trabalha hoje. Pode-se verificar essa situação tanto na escola de Inhaúmas como na escola do Mocambo.

A compreensão de desenvolvimento aparece ampliada em algumas afirmações, nas quais a aproximação da família com a escola é apresentada como contribuição para o desenvolvimento local: “a escola em si já contribui. Os alunos de pais analfabetos ajudam os mesmos a desenvolverem nas atividades do campo e da comunidade”. Essa visão já é influenciada por algumas professoras que conhecem a proposta pedagógica da Escola Família Agrícola de Correntina (pedagogia da alternância) e procuram, na medida do possível, desenvolver com seus alunos ações concretas que possam ajudar no o dia-a-dia das famílias na roça.

Sobre esse aspecto, segundo os professores, a unidade escolar não contribui para o

desenvolvimento local, percebe-se uma crítica à falta de qualidade do que é ensinado na escola, como evidencia esta resposta: “entre os professores, o sentimento é de que as salas de aulas multisseriadas dificultam a formação dos alunos”.

Nas duas escolas pesquisadas não há salas multisseriadas², mas, sim, alunos de quinta a oitava séries que são oriundos das salas multisseriadas e apresentam uma grande defasagem no aprendizado. Muitos professores usaram a expressão “existem as exceções” para explicar o fato de que mesmo em algumas salas multisseriadas o processo de ensino-aprendizagem tem saldo positivo.

Assim, os professores, ao sentirem dificuldades para trabalhar o conteúdo básico, entendem que a escola não oferece muito para a comunidade, pois não forma cidadãos preparados para o mundo do trabalho. O que já deixa transparecer uma visão de desenvolvimento mais ligada ao emprego, a algo concreto que o aluno precisa apreender para quando terminar a oitava série não pensar somente em “sair da comunidade”, como dizem os jovens.

Em se tratando da avaliação da participação da comunidade escolar no processo educacional da unidade escolar, as avaliações também são divididas. Na maioria das respostas percebe-se que os professores consideram que vem melhorando ano a ano. Apesar que uma menor parte entende que a comunidade escolar quase não participa.

As respostas deixam transparecer que, quando se fala de comunidade escolar³, existem várias interpretações que se evidenciam em respostas como: “a participação é significativa, porém só acontece quando a escola convida”; “a escola tem procurado trazer mais a comunidade para dentro da escola, porém há um grande desinteresse”; “tem melhorado bastante, antes era difícil. Alguns pais participavam bêbados”. No conceito do sistema de educação de Santa Maria da Vitória, comunidade escolar são todos os atores envolvidos com a educação local.

² Sala de aula em que estudam alunos de primeira à quarta série do ensino fundamental com um único professor.

³ A comunidade escolar são os alunos, pais e trabalhadores da unidade escolar.

Em relação à visão dos professores sobre a participação dos pais no processo educacional da unidade escolar, podemos destacar um quadro assim:

POSITIVO	A participação tem melhorado; a realização de palestras tem ajudado; muitos têm lutado com a escola para a melhoria da educação.
NEGATIVO	Muitos não contribuem para a educação dos filhos; o analfabetismo dificulta a participação, pois muitos acham que não podem ajudar devido à falta de leitura; a maioria só vem se for convocado; não acompanhamento em casa.

Quando se questionou se a escola tem todos os recursos necessários para um bom funcionamento, a resposta sempre foi não, eis os itens nomeados que faltam: biblioteca, cantina, professores capacitados, estradas para o transporte escolar, salas adequadas para a pré-escola, material didático em geral, sala de professores, quase todos os equipamentos para a educação física, quadra esportiva, área de lazer, acesso à internet, salas de aula arejadas e com boa iluminação, merenda satisfatória, sala confortável para os professores, sala de vídeo, auditório, livros didáticos de acordo com a realidade, carteiras, erguer o muro da escola e colocar bons portões, bebedouros, computadores para os professores.

As escolas têm uma estrutura real, apesar de faltar muitos recursos como os mencionados. Porém, a questão é que a comunidade escolar pouco faz para que as demandas sejam atendidas. E as respostas anteriores deixam claro uma apatia. Um fato concreto é a ausência desse debate no projeto político das unidades escolares.

Em relação à questão do processo de valorização do professor (salarial, oportunidades de formação continuada, administração da escola, material didático, salas de aula dignas e com material, etc.) ocorrido no período de 2001 a 2008, existe um sentimento entre os professores das duas unidades escolares que a valorização foi pouca. Até porque houve um aumento de recursos financeiros para o sistema educacional que poderia ajudar nessa valorização.

Para os professores, a valorização está muito ligada à remuneração, vejam algumas respostas: “o salário antes era melhor”; o salário está defasado”; “o profissional da

educação não é valorizado, tanto em termos salariais como em cursos”. A remuneração realmente é um item que traduz a valorização do profissional de qualquer área, mas não pode ser considerada a única. Outros afirmaram que os professores não são valorizados em nada, que não existe apoio.

Um aspecto que foi colocado como positivo em relação à valorização foi a realização de concursos públicos. A prefeitura de Santa Maria da Vitória realizou, no período em estudo, concurso público nos anos de 2001 e 2005. Os anteriores foram realizados em 1993 e 1997.

No tocante à formação continuada, entendida também como uma forma de valorização, as opiniões foram divididas. Alguns entendiam que nesse item houve uma atenção especial e outros reclamavam a falta de aperfeiçoamento.

Para muitos professores, a secretaria de educação não promoveu, além das chamadas “jornadas pedagógicas”, sempre realizadas no início do ano letivo, nenhum projeto de formação continuada. Outros destacaram que um aspecto importante foi a decisão da prefeitura de pagar metade das mensalidades do funcionário público que fosse estudar o nível superior, seja na faculdade presencial ou à distância. O que é um estímulo à formação profissional e também à valorização do professor.

Houve crítica em relação à gestão escolar (administração da escola em todos os aspectos), que não trabalha um processo de integração com a comunidade, também para discutir a realidade da falta de material didático e as condições ruins das salas de aula. Nota-se uma preocupação com a figura do diretor da escola, ora por que atua muito sozinho, ora por não ter a devida orientação para sua atuação. “De nossa experiência podemos afirmar que o Diretor é o principal parceiro e interlocutor do Secretário de Educação, de tal forma que a comunicação entre ambos deveria ser sempre direta” (GADOTTI, 2003, p. 52). Percebe-se que existe a falta de um projeto maior que oriente a ação nas unidades escolares.

Em relação ao processo de valorização, praticamente não se falou sobre o material didático e as novas tecnologias do processo ensino aprendizagem, fatores que

ajudam, também, na valorização do profissional. O enfoque ficou no salário. Durante o período pesquisado, os professores e alunos tiveram acesso a muitos materiais didáticos, a maioria através do Ministério da educação, inclusive televisores e aparelhos de DVD. Muitos livros paradidáticos, para montagem de bibliotecas, também chegaram ao município. Assim, havendo um planejamento na unidade escolar, estes materiais podem ajudar na formação do professor, valorizando-o.

Na questão do aproveitamento do aluno, principalmente em relação à distância e o transporte escolar existe quase uma unanimidade que quem mora distante tem sua aprendizagem dificultada. O aluno que mora próximo tem um melhor aproveitamento, pois perde menos aulas. O que mora distante perde aula por vários motivos (quebra do transporte escolar, distância entre o ponto de ônibus e a residência o que faz com que aluno perca o horário do transporte, etc.), além de chegar à escola com fome e cansado.

O currículo também é um tema polêmico entre os professores pesquisados, apenas uma unanimidade: o currículo aplicado é bem diferente da realidade. Novamente os professores ficam na crítica, com pouca ou nenhuma ação para reverter tal situação.

A questão sobre o desempenho do aluno de área rural em relação ao aluno de área urbana levou aos professores a se dividirem novamente, para alguns os alunos da zona rural, por vários motivos (menor acesso à TV e ao computador; maior dificuldade de realizar pesquisa escolar; maior dificuldade em participar de eventos culturais, etc.) têm um desempenho menor do que os que moram na zona urbana.

Quanto às iniciativas importantes para melhorar o desempenho da escola no ensino e na comunidade, surgiram as seguintes sugestões:

- criação de uma biblioteca na escola;
- capacitação de professores;
- participação da comunidade;
- maior apoio do poder público;
- grêmios estudantis;
- realizar comemorações de datas comemorativas;
- valorizar mais o esporte;

- sala de computação;
- melhoria das estradas;
- melhoria da qualidade do transporte escolar;
- pagamento em dia para os motoristas;
- realização de eventos culturais;
- mais recursos financeiros para as escolas;
- reformular plano de cargos e salários;
- maior participação da família;
- melhorar a gestão da escola;
- teatro;
- horta comunitária.

Por último, os professores foram questionados sobre a relação entre educação básica e o processo de desenvolvimento municipal, em que, segundo as respostas, existe quase um consenso que os dois, escola e desenvolvimento, devem caminhar juntos, em parceria. Só que não argumentam sobre como está ou deveria ser a relação. Ou seja, existe uma consciência da importância da educação formal para a comunidade, mas não um projeto político pedagógica para o sistema educacional colaborar no desenvolvimento local.

Respondem ainda que “com uma boa educação, o município tem um bom desenvolvimento”; “a educação é o único processo que o professor dispõe para ajudar o aluno a ter consciência crítica, o qual colabora para o desenvolvimento da sociedade”; “para haver desenvolvimento é preciso ter uma educação de qualidade, que forme cidadãos críticos”; “a educação abre caminhos para a população – direitos, deveres, contribuindo para o desenvolvimento”. Ou seja, os professores têm o diagnóstico, mas têm dificuldade de executar o que precisa ser realizado. A sensação é que eles esperam algo ou alguém externo tomar as providências.

Os professores também deixam um sentimento de que, com o tempo, as coisas estão melhorando (concurso, mais material, melhoria salarial). Mas também criticam a pouca valorização. A esse respeito, menciona-se parte de uma pesquisa realizada por Oliveira, no ano de 2000, com vários professores de Santa Maria da Vitória, demonstrando o que se entende por valorização:

Quando é feita a pergunta: O que você entende por valorização do professor, as respostas foram:

- apoio pessoal;
- apoio financeiro;
- assistência às necessidades;
- valorizar o trabalho realizado;
- dar condições para o desenvolvimento do trabalho;
- boa remuneração;
- investimento na qualidade do profissional;
- oferecer boas condições físicas de trabalho;
- garantir os direitos;
- reconhecer o desempenho, a vontade que o professor tem;
- respeitar o professor;
- garantir salário digno e pagar em dia;
- garantir a liberdade;
- formação profissional permanente;
- ter assistência dentro da escola;
- quando ele entende a educação como um todo;
- respeitar a individualidade do professor.

O interessante é que algumas das pessoas entrevistadas tiveram dificuldades em responder essa pergunta. Podemos sugerir várias hipóteses para este fato.

Uma constatação é que a questão salarial sempre aparece nas primeiras falas. (OLIVEIRA, 2003, p.38-39).

Na pesquisa atual também a questão salarial sempre é levantada como forma de valorização do professor. Mas não pode ser considerada a única ou principal, pois a citação acima, da pesquisa realizada no ano de 2000, com os professores de Santa Maria da Vitória, mostra que eles querem muito mais no item valorização.

O tema financiamento também é lembrado quando se comenta da necessidade de materiais para um bom trabalho. Muitos dos entrevistados falaram sobre computadores e acesso à internet como uma das prioridades para a melhoria da qualidade da educação. Nas duas escolas (até o período da realização da pesquisa), só tinha computador na secretaria e não existia o acesso à internet.

Os professores entendem que a unidade escolar é importante para ajudar no desenvolvimento local, mas percebe-se, pelas respostas e pela inexistência, para o período de 2001-2008, de um projeto político pedagógico das duas escolas, que não existe um planejamento organizado para atingir tal objetivo.

3.3 LEITURA DA PESQUISA COM OS PAIS E ALUNOS

Foram aplicados 179 (cento e setenta e nove) questionários (modelo em anexo) com pais e alunos em Mocambo e Inhaúmas. É importante ressaltar que algumas perguntas são parecidas com as realizadas juntos aos professores, mas produziram respostas diferentes, até porque eles estão, no processo educacional, em lugares diferentes.

Quando a questão relacionava o funcionamento da escola ao desenvolvimento local, responderam positivamente 167 (cento e sessenta e sete) entrevistados. Os argumentos do porque ajudam no desenvolvimento são vários, porém, percebe-se uma generalização das respostas, falando sempre de um conhecimento e um desenvolvimento, sem maiores argumentos, como por exemplo: “onde tem uma boa aprendizagem tem um bom desenvolvimento”; “na vida tem dois meios de ensino – casa e educação, assim a escola ajuda melhorar as pessoas para ser alguém na vida e a procurar amizade construtiva”; ou seja, algo como se a escola fosse uma “mágica”, que por si só já desenvolve o aluno.

Interessante é o valor que se dá para a escola: “através da escola se aprende a comunicação com as pessoas, respeitar os outros”; “havendo desenvolvimento no colégio os pais ganham e todos se ajudam”; “o estudo ajuda no desenvolvimento da leitura”; “a educação é fundamental em tudo. Para se desenvolver é preciso ter uma boa escola”. Cruzando com a visão dos professores, dá para entender um pouco a “angústia” deles quando falam que os pais não participam. Porque, juntamente com a fala dos pais em relação à escola, citada acima, também há um certo “lavar de mãos” em relação à participação da família para que a escola possa cumprir seu papel.

E esse pensamento é observado durante todas as respostas, como se pode observar: “onde tem uma escola há menos analfabetos, o que ajuda no desenvolvimento”; “se a escola for organizada, os alunos terão uma boa ideia do que é o mundo”; “a escola ajuda no desenvolvimento do conhecimento, o que é difícil de acabar”. Também os pais, como os professores, se sentem à parte, e não parte do processo educacional desenvolvido na escola do seu filho.

Quando questionados sobre como o funcionamento de uma escola municipal pode ajudar no desenvolvimento local, os pais e alunos têm uma enorme lista de reivindicações, que passa por uma boa administração escolar, com bons professores, trabalhando sempre com a comunidade, até a reforma das estradas que dão acesso à unidade escolar.

Os pais e alunos também têm uma visão da unidade escolar como uma geradora de emprego e renda, logo, ajuda no desenvolvimento local. Isso se deve à cultura dos empregos contratados e das linhas de ônibus. Durante o processo eleitoral municipal são feitas as promessas dos grupos políticos para dar cargo de zelador, vigia, motorista, entre outros, caso seja eleito.

Responderam também que a escola pode contribuir com o desenvolvimento local: “se trabalhar com temas interessantes e atrair a família”; “tendo uma boa estrutura para ajudar o aluno a partir da infância”; “promovendo palestras de acordo com a realidade do local”; “ter muita parceria com a prefeitura”. Com essas respostas já houve uma aproximação com a ideia do papel da escola em relação ao desenvolvimento local sugerida em vários documentos oficiais, tal como no Plano Estadual de Educação que investiga “o reconhecimento da educação como recurso para o desenvolvimento sustentável” (BAHIA/SEC, 2006, p.106).

Nessa questão, os pais e alunos aprofundaram bem a visão que têm do papel da unidade escolar em relação ao desenvolvimento. Veja mais algumas respostas de como eles acham que isso deve acontecer: “abrindo oportunidades para as pessoas mais idosas estudarem”; “ajudando os alunos a conhecer mais sobre informática”; “a escola deve elaborar projetos para estimular as pessoas a preservarem o meio ambiente”; “deve haver transporte com qualidade, assim como melhorar as estradas”; “colocando professores com nível superior e ofertando mais material didático”.

Na questão sobre a estrutura da escola, as respostas foram parecidas com as dos professores, quando responderam que faltam professores, bibliotecas, merenda, cadeira, mais espaço físico, etc.

Logo, para um bom funcionamento da escola, os pais e alunos responderam que precisam: de bons professores, livros, computadores, biblioteca, material didático, bons livros, boa administração, área de computação com internet, reuniões para organizar a escola, maior espaço para a recreação, aulas de artes, cadeiras, pagar os professores em dia, salas adequadas, boa direção, transporte adequado, quadra de esporte, professores que não faltem, merenda escolar, mais material pedagógico, mapas, jogos, os alunos devem ter mais liberdade de expressão, construção de um jardim, material esportivo no geral, planejamento escolar, bons coordenadores, uniforme.

A pergunta seguinte pede sugestões para que a escola atenda melhor a comunidade. Como foi dirigida, apresentaremos os itens e o total de indicações, sendo que o entrevistado podia citar todos os itens e até mesmo mencionar outros.

A Tabela 20 representa as sugestões e indicações dos 179 (cento e setenta e nove) pesquisados.

TABELA 20
SUGESTÕES DOS PESQUISADOS PARA QUE A ESCOLA MUNICIPAL POSSA
ATENDER MELHOR A SUA COMUNIDADE
MOCAMBO E INHAÚMAS, 2009

SUGESTÕES	INDICAÇÕES
Mais reuniões dos professores com os pais	164
Oferta de mais esporte para os alunos	148
Criar ou melhorar a biblioteca escolar	148
Abrir a escola para festas e encontros da comunidade	67
Conseguir vídeos e filmes para os alunos	126

FONTE: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor

Apesar dos professores reclamarem que os pais só comparecem à unidade escolar quando convidados, a quase totalidade dos pais acham que a escola atende melhor a comunidade, também, realizando mais reuniões com eles. Mas deve-se considerar que os alunos também pedem mais reuniões. Duas constatações: os alunos

procuram um caminho para a solução de suas dificuldades no processo ensino aprendizagem e os pais, inconscientemente, delegam aos “outros pais” a tarefa de participarem das reuniões para a ajuda possível, uma vez que acontece a pouca participação desse segmento no dia-a-dia da unidade escolar.

O pedido de mais esporte foi uma reivindicação grande dos alunos que precisam de um espaço para melhorar a convivência e “sair da mesmice da sala de aula”, como muitos comentam.

Em relação às respostas ao item “outras sugestões”, os pais e alunos indicaram possibilidades de simples realizações, mas que, anualmente, as unidades escolares pouco promovem, como: palestras, passeios escolares, aulas de música, dança e teatro. Mas também tocaram na questão da gestão escolar, quando pedem mais fiscalização e organização na escola, valorização do calendário escolar, melhorar a metodologia de ensino, aplicar melhor os recursos da escola, melhorar a merenda escolar.

Ou seja, os pais e alunos têm uma noção do administrativo da escola e entendem que esse item precisa melhorar.

Quando questionados se consideravam os professores capacitados e bem treinados para dar boas aulas para os alunos, tem-se o seguinte quadro, exposto na Tabela 21:

TABELA 21
OPINIÃO DOS PAIS E ALUNOS SOBRE CAPACIDADE DOS PROFESSORES
PARA MINISTRAR BOAS AULAS
MOCAMBO E INHAÚMAS, 2009

QUESTÕES	INDICAÇÕES
Bem treinados	55
Poucos treinados	96
Não são treinados	27

FONTE: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor

No item anterior os pais e alunos indicaram que deveria haver mais reuniões entre

os professores, principalmente para melhorar o nível das aulas. Quando a maioria responde que considera os professores pouco treinados, como se verifica na Tabela 25, podemos inferir que essa afirmação relaciona-se com a falta de reuniões, treinamentos, cursos e o fato da maioria dos professores não possuírem o nível superior, até a data da pesquisa.

Em relação ao número de reuniões com os pais, 179 (cento e setenta e nove) entrevistados apontam que deveria haver na escola, por ano, o que se observa na Tabela 22:

TABELA 22
QUANTIDADE DE REUNIÕES COM OS PAIS QUE OS PESQUISADOS CONSIDERAM QUE DEVERIA HAVER NA ESCOLA POR ANO
MOCAMBO E INHAÚMAS, 2009

REUNIÕES POR ANO	INDICAÇÕES
De 1 a 3	7
De 4 a 6	106
De 7 a 10	34
Mais de 10	32

FONTE: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor

Dos 179 (cento e setenta e nove pais e alunos entrevistados verifica-se que 106 (cento e seis) entendem que deve haver no mínimo seis reuniões por ano. Trinta e dois entrevistados indicaram mais de dez reuniões anuais, o que daria uma média de uma por mês. A questão é saber se eles participariam.

Em relação à última questão para os pais e alunos, pedindo outras sugestões para melhorar o ensino no município, novamente as respostas aproximam-se da visão dos professores.

No item em relação aos professores dominam as inquietações, como se pode verificar em várias respostas: “ter bons professores”; “ter mais comunicação entre professores e os pais, principalmente no período noturno”; “ter quadro de professores completo”; “proporcionar formação superior para todos os professores”; “trocar professores”. Para os pais e os alunos, a atuação dos professores seria para

a unidade escolar como o coração para o corpo humano.

A grande maioria dos entrevistados cita a estrutura geral que envolve a unidade escolar como um fator a ser melhorado, principalmente nos seguintes itens:

- melhorar os transportes;
- construir colégios e empregar mais pessoas;
- reformar as escolas;
- trabalhar mais a higiene;
- ter bibliotecas;
- ter bons livros;
- salas de informática;
- comprar televisão, fitas, etc.

A preocupação com o pedagógico também aparece nas respostas, onde é sugerido: “melhorar a qualidade da educação, principalmente jovens e adultos”; “realizar mais palestras”; “aumentar o período de aula”; “os livros deveriam vir com mais diversidade de disciplinas”; “toda semana ter aulas diferentes”; “ter mais livros de história”. O que os alunos mais reclamam é que as aulas são sempre iguais, e sempre para preparar a “prova”. Mesmo sem ter uma noção exata do que eles querem realmente, sabem que é preciso mudar.

Também aparecem nas respostas intencionalidades da política local, quando alguns falam que é preciso arrumar as estradas, implantar filarmônica para os jovens da comunidade e que o município tem de realizar eleição direta para diretores de escolas. Sobre esse aspecto, já existe uma preocupação com o desenvolvimento local da comunidade, uma vez que os pais e alunos não ficam restritos a pensar somente a unidade escolar no seu espaço físico e preocupam-se com os moradores de uma forma geral.

Entre os pais e alunos, 93% (noventa e três por cento) entendem que o funcionamento de uma unidade escolar na localidade colabora para o desenvolvimento local. Existe um sentimento de uma falta de acompanhamento por parte do executivo municipal e, em muitas falas, o fator distância em relação à sede do município parece ser um determinante.

Muitos dos entrevistados citaram como fatores positivos as atividades extraclasse, como o projeto do meio ambiente, que procurou sensibilizar a comunidade para a questão ambiental. Pela metodologia do projeto, houve um grande envolvimento dos alunos e das famílias, o que proporcionou um jeito diferente de fazer educação.

Entre os professores, pais e alunos existe uma concordância da importância da escola, mas também é quase uma unanimidade entre os entrevistados que falta uma melhor estrutura, e o computador e a internet são colocados como essenciais na cesta de consumo da escola. E vão além, falam das estradas e da falta de acompanhamento das autoridades municipais. Como lembra Monlevade, “só o projeto de transformação dá à escola um rumo, uma identidade, um ponto de partida e de chegada, que possibilita qualquer avaliação” (MONLEVADE, 2000, p.70).

Realizadas as considerações sobre a pesquisa de campo, analisa-se, no capítulo seguinte, o que o município pensou em termos de estruturação para melhorar a qualidade do Sistema Municipal de Educação.

4 PLANO DE AÇÃO ARTICULADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS DE MELHORIA GRADATIVA DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS

Neste capítulo apresenta-se o Plano de Ação articulada (PAR) de Santa Maria da Vitória. Antes, porém, algumas informações sobre a rede municipal de educação serão fornecidas, com ênfase no FUNDEF e no FUNDEB, objetivando uma melhor compreensão da importância do PAR para o município.

A rede municipal de educação de Santa Maria da Vitória, com a estrutura que tem (secretaria, escolas, matrículas, funcionários concursados, orçamento, etc.) pode desenvolver um projeto de política pública educacional que envolva toda a comunidade escolar, promovendo a sinergia entre atores e interesses diferentes, mas que convergem para o crescimento sócio-cultural do território. Como escreve Dowbor,

Esta visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país. Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços.

A idéia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas (DOWBOR, 2006, p.1).

O protagonismo por parte dos dirigentes municipais da educação, apoiados pelo executivo, legislativo e comunidade escolar, pode dar uma ajuda importante na política pública educacional e, conseqüentemente, no desenvolvimento local. Para Giroux,

as escolas públicas precisam ser organizadas em torno de uma visão que aprecie não o que é, mas o que poderia ser, uma visão que olhe para o futuro além do imediato, e uma visão que alie a luta a um novo conjunto de possibilidades humanas (GIROUX, 1997, p. 41).

Para tanto, é preciso que existam políticas públicas educacionais nas três esferas – municipal, estadual e federal - que garantam um sincronismo entre os sistemas, num processo contínuo de colaboração entre os entes federados. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, em seguida, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

4.1 O FUNDEF

O financiamento da educação teve em 1996 uma novidade histórica que foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 14, aprovada em 13/09/1996, regulamentada pela Lei nº 9.424/1996, de 24/12/1996, conhecida como Lei do FUNDEF (BRASIL, 2007; 1996).

O FUNDEF foi o instrumento responsável pela definição das regras de redistribuição das verbas constitucionais da educação por meio da vinculação de transferências e de receitas próprias dos estados e municípios para as despesas com o ensino fundamental. É composto por 15% (quinze por cento) dos recursos dos Estados e municípios referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), transferido aos estados na proporção de sua exportação de produtos industrializados; como também por 15% (quinze por cento) das compensações financeiras pagas pela União aos estados, decorrentes da desoneração das exportações (Lei Kandir) (BRASIL, 1996, s/p).

De acordo com o art. 2º da Lei do FUNDEF, os recursos são distribuídos para os estados e municípios com base na proporção de alunos matriculados por ano nas escolas de cada rede e seus cálculos baseados no censo escolar do ano anterior. O art. 7º determina que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos do Fundo sejam aplicados na remuneração dos profissionais do magistério que exercem suas atividades no ensino fundamental, ficando os outros 40% (quarenta por cento)

destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. E o art. 4º determina que o acompanhamento e o controle social do fundo serão exercidos por conselhos constituídos pelos diversos segmentos da comunidade escolar, nas três esferas de governo (BRASIL, 1996, s/p).

Essa Lei definiu aporte financeiro para o ensino fundamental, mas deixou de fora o ensino infantil, a educação de jovens e adultos e o ensino médio. A esse respeito, Saviani afirma:

A política educacional decorrente dessas medidas acabou inviabilizando, em diversos municípios, a manutenção, em qualidade e quantidade, de programas de educação infantil, de educação especial e de educação de jovens trabalhadores, especialmente naqueles municípios que, tendo em vista a cobertura do Estado no âmbito do ensino fundamental, decidiram investir seriamente nessas modalidades educacionais, sabidamente de grande importância para as “crianças e adolescentes em situação de risco social”, ironicamente aquelas supostamente privilegiadas pela “política de estímulo” do MEC, conforme estipulado no artigo quatorze da Lei 9.424, que diz: Art. 14 - A União desenvolverá política de estímulo às iniciativas de melhoria de qualidade do ensino, acesso e permanência na escola promovida pelas unidades federadas, em especial aquelas voltadas às crianças e adolescentes em situação de risco social.

Ao que parece, tal enunciado não passa de uma declaração de intenção que mais mascara do que encaminha a solução do problema. Com efeito, com uma taxa de R\$ 300,0 por aluno-ano não se resolve o problema do ensino fundamental, ao mesmo tempo em que se “desincentivam” iniciativas que vinham, reconhecidamente, apresentando resultados satisfatórios (SAVIANI, 1999, p.42).

Em relação ao financiamento da educação para o ensino fundamental, a Lei trouxe uma condição de melhor gerenciamento dos recursos constitucionais, uma vez que surgiu a figura dos conselhos municipais, estaduais e de um conselho nacional de acompanhamento e fiscalização do fundo.

Mesmo com um valor aluno/ano de R\$ 300,00 (trezentos reais), bem menor do que o esperado por muitos especialistas para a realidade brasileira, o FUNDEF representou um avanço na educação formal. Monlevade faz uma crítica: “sem medo de errar: a qualidade do ensino requer pelo menos R\$ 1.000,00 por aluno/ano, o que resulta em aproximadamente 7% (sete por cento) do PIB para a educação básica” (MONLEVADE, 1997, p. 117).

A partir de 1998, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a rede municipal de Santa Maria da Vitória, assim como de todos os municípios brasileiros, acessou uma inovação na política pública de financiamento da educação, que proporcionou uma melhor condição de planejamento para os sistemas educacionais, tendo em vista que vinculou recursos dos estados e municípios para o ensino fundamental público.

No ano de 1996, por exemplo, várias escolas da zona rural de Santa Maria da Vitória não funcionaram, porque o prefeito municipal atrasou em mais de dez meses o pagamento dos salários dos servidores públicos da educação. Ficou comprovado, por meio de investigação da Câmara de Vereadores, que houve desvios de recursos da educação para outros fins, tanto que o prefeito foi cassado pela Câmara Municipal, numa época que não era comum tal acontecimento.

Usou-se esse exemplo porque, também em 1996, as duas escolas, objeto da presente pesquisa, Júlio Francisco dos Santos (Inhaúmas) e Jeremias Rodrigues da Silva (Mocambo), não funcionaram por mais de seis meses. O Ministério da Educação estava realizando um censo com todos os professores do Brasil, em todos os municípios. Como a administração de Santa Maria da Vitória não assumiu a parceria (tinha que fornecer a equipe para levar os questionários em todas as escolas), a Diretoria Regional de Ensino (DIREC) ligada ao estado, solicitou a um grupo de professores municipais esse apoio⁴.

Para as comunidades o prejuízo foi grande, pois todo um ano letivo (1996) foi perdido. Para José Luis Corragio, “a qualidade da educação e o desenvolvimento devem partir da comunidade” (CORRAGIO, 2000, p.16). Desta forma, o desenvolvimento das duas localidades estudadas, particularmente naquele ano, também sofreu enfraquecimento.

A vinculação dos recursos da educação ao Fundo e a fixação das suas despesas possibilitaram aos municípios um aporte financeiro para implementação de políticas

⁴ O autor participou da equipe, momento em que conheceu as escolas municipais e as comunidades escolares.

públicas no âmbito do ensino fundamental e da valorização dos trabalhadores em educação. Santa Maria da Vitória recebeu, entre os anos de 2001 e 2006, uma média de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) por ano, conforme Tabela 6.

Com o FUNDEF, tornou-se possível um melhor acompanhamento da aplicação dos recursos da educação, dificultando que desmandos como os apontados acima acontecessem. Daí a importância dos Conselhos Municipais de Acompanhamento do FUNDEF.

4.1.1 O Conselho Municipal do FUNDEF

Os conselhos municipais de acompanhamento são uma exigência da Lei Federal que criou o fundo, para que a sociedade civil possa acompanhar e fiscalizar a destinação dos recursos financeiros.

Em Santa Maria da Vitória, o Conselho foi criado em 1997 e contou com a seguinte composição: um representante dos pais, um dos alunos, um dos professores, um representante dos servidores, um representante da secretaria de educação, e um representante dos diretores de escola.

O executivo municipal de Santa Maria da Vitória, nos anos de 1997 a 2008, sempre tentou manipular a eleição da presidência do Conselho do FUNDEF, com manifestada intenção de que as contas fossem aprovadas. Participando de várias reuniões do conselho, o autor desta pesquisa presenciou a dificuldade dos conselheiros que queriam exercer suas tarefas. Para ter acesso às pastas de despesas, onde ficavam as notas fiscais, era uma verdadeira guerra. Um exemplo eram as notas fiscais dos botijões de gás, sempre de uma mesma empresa, onde o valor unitário, durante muitos meses, era de R\$ 34,00 (trinta e quatro reais). Mensalmente o município comprava mais de 180 (cento e oitenta) botijões. Um usuário comum, pagando a vista, comprava a unidade por R\$ 32,00 (trinta e dois reais). Por meses essa questão foi levantada, sem resposta. Ou seja, num simples item, da merenda escolar, o município perdia R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

mês. Parece pouco, mas quanto somado com outros “desvios”, o valor crescia em muito.

Por este e outros motivos, muitos representantes dos pais, alunos, professores ficavam sem estímulos de participarem do conselho. Assim, o executivo conseguia seu objetivo, qual seja, de manipular o conselho. Embora, é necessário registrar, sempre houve uma grande resistência por parte da representação da sociedade civil. O que foi responsável por vários avanços na educação municipal, como por exemplo a elaboração do plano de cargos e salários do magistério.

4.2 O FUNDEB

Como um avanço na política pública de financiamento da educação, o FUNDEF é extinto, e em sua substituição vem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

O FUNDEB atende toda a educação básica, da educação infantil ao ensino médio. Ele está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. É um importante compromisso da União com a educação pública, na medida em que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais. Além disso, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos. A ideia do Fundo para toda a educação básica é uma luta antiga também do movimento social brasileiro.

Para o município de Santa Maria da Vitória, a criação do FUNDEB resultou em mais recursos financeiros. No ano de 2008, por exemplo, como mostra a Tabela 6, a receita anual do FUNDEB foi de R\$ 10.709.858,94 (dez milhões, setecentos e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos), para um orçamento geral, também em 2008 de R\$ 35.010.039,85 (trinta e cinco milhões, dez mil, trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Ou seja, mesmo não sendo um valor ideal para a necessidade da educação municipal formal, já é uma contribuição substancial para um município com baixa arrecadação.

Ainda sobre o FUNDEB, para uma melhor compreensão, Cesar Callegari explica:

O FUNDEB é a sigla empregada para designar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação. Trata-se de um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual e abrangendo todos os Estados brasileiros, mais o Distrito Federal. No âmbito de cada Estado o FUNDEB reúne os governos em nível estadual e municipal. Instituído em modelagem única, o FUNDEB é singular, Estado a estado e no Distrito Federal: os vinte e sete FUNDEBs implantados não se correlacionam, nem interagem entre si. A identidade entre eles é tão somente no tocante à denominação, às regras de funcionamento e à finalidade. Não é um Fundo da União e, Estado a Estado, também não é um fundo estadual. No âmbito de cada Estado, é um fundo em comum do Governo do Estado e dos seus Municípios, como expressão de comprometimentos, interesses e reciprocidades que pressupõem ação conjunta para a consecução de objetivos comuns. (CALLEGARI, 2009, p.63).

No Brasil, a partir de FUNDEF e agora do FUNDEB, existe uma nova realidade de gestão da política educacional, pois se é verdade que ainda se aplica menos de 5% (cinco por cento) do PIB nessa área, não se pode desprezar os avanços obtidos, como o próprio FUNDEB. O controle das matrículas, disponíveis para o público, a política de formação dos professores e, mais recentemente, a aprovação do piso salarial nacional para o magistério demonstram um avanço na política pública educacional.

A Lei do FUNDEB, integrada com uma série de políticas adotadas pelo Ministério da Educação, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), está colaborando para um melhor acompanhamento e avaliação da política educacional brasileira, pensando em sua qualidade, pois, como escreve Schneider, é preciso saber fazer e utilizar a pesquisa em políticas, poque

O objetivo principal da avaliação e de outros tipos de pesquisa referentes a políticas é introduzir conhecimentos no processo de tomada de decisão com vistas a melhorar o desempenho do governo. Daí se segue que se deve dar atenção considerável às necessidades informacionais em cada parte do sistema. É essencial que aqueles que conduzem avaliações e outros tipos de pesquisa relativos a políticas compreendam a situação política na qual se conduz o estudo e direcionem sua atenção para aqueles aspectos particulares da política e respectivos impactos que podem aperfeiçoar as políticas públicas. Isto requer não apenas conhecimento completo do programa e de seus impactos potenciais, mas a ausência de um interesse pessoal no próprio resultado. O pessoal das repartições públicas e os legisladores têm de reconhecer que a avaliação é um tipo de pesquisa, e ela requer habilidades de pesquisa (SCHNEIDER *apud* HEIDEMANN, 2009, p.325).

As políticas públicas que indicam a obrigatoriedade do município acima de vinte mil habitantes, como é o caso de Santa Maria da Vitória, a organizar seu Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM), colaboram para o planejamento do plano educacional para o município.

Assim, a política educacional do município, tendo como bases teóricas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e da Lei do FUNDEB, deve ser pensada de forma participativa, tendo como resultado um Plano Municipal de Educação (PME), que deve ser elaborado e executado o mais rápido possível.

Santa Maria da Vitória, com mais de 26% (vinte e seis por cento) da população matriculada na educação formal nunca conseguiu elaborar uma política para além dos mandatos dos prefeitos. A elaboração do plano nacional e do plano estadual trouxe um caminho, mas o município não se inseriu, ainda, no contexto. Tanto que até a elaboração deste estudo (abril de 2011) ainda não foi elaborado o Plano Municipal de Educação e, infelizmente, nem o Plano Diretor de Desenvolvimento municipal.

4.3 PLANO DE AÇÃO ARTICULADA E A PERSPECTIVA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO

O histórico acima se fez necessário para a compreensão e análise do Plano de Ação Articulada (PAR) de Santa Maria da Vitória. Depois de sete anos de administração (2001-2007, com o mesmo gestor) o executivo municipal, com a colaboração do Ministério da Educação, elaborou um diagnóstico da educação municipal, que serviu como base para a elaboração do PAR.

Segundo o Ministério da educação, “a partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios estão vinculadas à adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) — instrumentos fundamentais para a melhoria do Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (BRASIL/MEC, 2007).

O objetivo do governo federal, através do Ministério da Educação, foi ajudar os municípios brasileiros com menor classificação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para tanto, o município tinha que cumprir uma burocracia formal, com compromisso assinado.

Apresenta-se aqui o PAR elaborado em Santa Maria da Vitória, para ajudar na reflexão sobre a educação pública municipal e suas perspectivas.

Em 29 de fevereiro de 2008, através do Decreto Municipal nº 675/2008 foi criado o Comitê Gestor local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. O Comitê foi constituído pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, a quem coube a coordenação, e mais um representante de cada um dos seguintes segmentos: Conselho Municipal de Educação, Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação, Gestores Escolares, Alunos, Professores, Equipe Administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Equipe de Programas da Secretaria Municipal da Educação (SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2008,s/p).

Esse Comitê, segundo seu Decreto de criação, tinha as seguintes atribuições:

- I – elaborar o diagnóstico da situação educacional do município;
- II – elaborar e acompanhar a implementação e execução do Plano de Ações Articuladas;
- III – analisar as estratégias de implantação das propostas do Plano de Ações articuladas – PAR;
- IV – analisar os relatórios de progresso da execução do Plano de Ações Articuladas;
- V – avaliar o desempenho e os resultados alcançados pelo Plano de Ações Articuladas;
- VI – identificar possibilidades de articulação e parcerias que possam contribuir para acelerar a implantação e execução do Plano de Ações articuladas;
- VII – e contribuir para o diálogo com as escolas do sistema municipal de ensino na ampliação da adesão e execução do Plano de Ações Articuladas e na sua divulgação junto à sociedade civil (SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2008, s/p).

No PAR, onde se apresenta o diagnóstico, encontramos uma série de tabelas (sem as respectivas fontes, mas sabemos, por consulta, que são dados do INEP e da Secretaria Municipal de Educação), que são colocados a seguir, pois são dados

importantes para o nosso estudo.

TABELA 23
DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO, ENSINO FUNDAMENTAL– REDE MUNICIPAL SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2001 e 2005

LOCALIZAÇÃO	2001	2005
Urbana	91,2	86,3
Rural	86,1	80,5
Total	89	82,6

FONTE: SANTA MARIA DA VITÓRIA/SEMECE, 2008. Modificada pelo autor

Vários são os fatores que geram a distorção idade-conclusão. Um dos principais é a falta de uma ampla oferta na educação infantil, tanto na zona urbana com na rural. Outro é a evasão escolar, que se acentua nas séries finais do ensino fundamental.

TABELA 24
MATRÍCULAS EM PROGRAMAS DE CORREÇÃO DE FLUXO E ALUNOS RECLASSIFICADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2005

Nível	Matrículas em programa de Correção De fluxo (classe de aceleração)	Quantidade de reclassificado no EF
1ª fase EF	392	115
2ª fase EF	448	378
Total	841	493

FONTE: SANTA MARIA DA VITÓRIA/SEMECE, 2008. Elaborado pelo autor

Esse programa de correção de fluxos foi uma iniciativa do governo estadual, que o sistema municipal adotou, para tentar diminuir a distorção idade/série. A Tabela 24 demonstra que, na média, o objetivo foi alcançado com metade dos alunos.

E, como demonstrado na Tabela 25, a distorção idade/série, no período de 2001 a 2005, era um desafio a ser enfrentado, principalmente na área rural, onde muitos alunos, além da questão da repetência e da falta de estímulo ocasionado por vários fatores, vivem a necessidade do abandono da escola para a prática do trabalho no

campo, assim demoram a concluir o ensino fundamental.

TABELA 25
DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE – REDE MUNICIPAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2001 E 2005

FASE – NÍVEL	ANO	URBANA (%)	RURAL (%)	TOTAL (%)
1ª série – 2º ano	2001	40,4	46,6	45,0
	2005	32,3	47,5	41,0
2ª série – 3º ano	2001	55,4	63,0	60,4
	2005	44,4	58,6	51,9
3ª série – 4º ano	2001	63,8	73,0	70,0
	2005	44,7	59,6	52,7
4º série – 5º ano	2001	70,1	79,9	76,3
	2005	53,3	60,4	56,8
5ª série – 6º ano	2001	80,2	89,0	84,9
	2005	70,0	67,1	68,5
6ª série - 7º ano	2001	84,7	90,4	87,4
	2005	72,6	72,4	72,5
7ª série – 8º ano	2001	83,1	88,9	85,7
	2005	69,5	69,5	69,5
8ª série – 9º ano	2001	90,9	90,4	90,7
	2005	76,5	71,0	73,4

FONTE: SANTA MARIA DA VITÓRIA/SEMECE, 2008. Elaborado pelo autor

Nas séries finais do ensino fundamental a distorção idade/série aumenta de forma considerável, havendo uma grande semelhança entre a zona rural e a urbana.

Na Tabela 26, podemos ver claramente que a política pública educacional de Santa Maria da Vitória não se volta especialmente para a educação infantil, que inclui a creche e a pré-escola. Novamente a área rural é menos atendida nessa categoria, que é um dos fatores, como mencionamos anteriormente, para a distorção idade/série e também para a dificuldade na melhoria da qualidade da educação.

TABELA 26
CONDIÇÕES DE OFERTA MUNICIPAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2006

INDICADOR	CRECHE RURAL	CRECHE URBANA	PRÉ-ESCOLA RURAL	PRÉ-ESCOLA URBANA
Média de alunos por turma	0	35,5	13,36	25,1
Média de horas/aula diária	0	9,0	4,1	4,4
Relação matrícula/função docente	0	11,8	13,0	23,6

FONTE: SANTA MARIA DA VITÓRIA/SEMECE, 2008. Elaborado pelo autor

TABELA 27
CONDIÇÕES DE OFERTA MUNICIPAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2006

INDICADOR	1ª fase do EF rural	1ª fase do EF urbano	1ª fase do EF rural	1ª fase do EF urbano
Média de alunos por turma	22,97	27,23	28,46	0
Média de horas/aula diária	4,1	4,1	4,0	4,1
Relação matrícula/função docente	23,3	30	25,5	12,6

FONTE: SANTA MARIA DA VITÓRIA/SEMECE, 2008. Elaborado pelo autor

Na Tabela 27, aparece zero aluno na segunda fase do ensino fundamental urbano, o que não corresponde à informação correta. Das pessoas que fizeram parte da equipe da elaboração do diagnóstico, só uma delas encontra-se trabalhando na secretaria municipal de educação. A lógica é que foi um erro de digitação, pois na “relação matrícula / função docente” existe um valor.

TABELA 28
TAXAS DE RENDIMENTOS – REDE MUNICIPAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2001 e 2005

Fase – nível	Ano	Taxa aprovação Rural (%)	Taxa aprovação urbana (%)	Total (%)
1ª série – 2º ano	2001	43,2	46,9	57,3
	2005	53,9	56,4	60
2ª série – 3º ano	2001	59	60,5	63,3
	2005	65,3	66,6	68,2
3ª série – 4º ano	2001	62,2	63,7	67,2
	2005	69,2	71,1	73,4
4º série – 5º ano	2001	73,5	74,3	75,7
	2005	70,4	72,7	75
5ª série – 6º ano	2001	78,6	73,6	67,6
	2005	70,4	62,7	54,5
6ª série - 7º ano	2001	82,4	78,6	74,8
	2005	71,4	63,7	56,5
7ª série – 8º ano	2001	89,9	85,6	82,6
	2005	70,1	70,3	70,4
8ª série – 9º ano	2001	88,2	85,5	84
	2005	72,6	64,5	54,3

FONTE: SANTA MARIA DA VITÓRIA/SEMECE, 2008. Elaborado pelo autor

Em se tratando de taxas de rendimento, a reprovação na rede municipal de Santa Maria da Vitória é altíssima, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental. Na Tabela 29, pode-se ver nitidamente que de cada quatro alunos da primeira série da área urbana, um é reprovado. Ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos dessa série, no ano seguinte, irão repetir o mesmo estudo, se não desistirem, fazendo aumentar ainda mais, no futuro, a distorção idade/série. Nesse caso, também, está nítido que faltou um planejamento para lidar com essa questão.

TABELA 29
TAXAS DE RENDIMENTOS – REDE MUNICIPAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2001 e 2005

Fase – nível	Ano	Taxa reprovação Rural (%)	Taxa reprovação urbana (%)	Total (%)
1ª série – 2º ano	2001	2,7	25,2	21
	2005	33,1	27,6	20
2ª série – 3º ano	2001	21,7	21,1	20
	2005	21,8	19	15,6
3ª série – 4º ano	2001	20,9	19,4	15,9
	2005	19,7	14,6	8,6
4º série – 5º ano	2001	13,4	13	12,3
	2005	16,6	12,8	9
5ª série – 6º ano	2001	6,4	9,7	13,6
	2005	9,8	13,5	17,4
6ª série - 7º ano	2001	5	7,9	10,0
	2005	6,6	9,3	11,8
7ª série – 8º ano	2001	4,5	6,2	7,4
	2005	8,7	8,8	8,9
8ª série – 9º ano	2001	3,6	6,7	8,4
	2005	3,7	6,5	10

FONTE: SANTA MARIA DA VITÓRIA/SEMECE, 2008. Elaborado pelo autor

A taxa de abandono, infelizmente, como se vê na Tabela 30, é outra constatação de que falta estímulo para a permanência na escola. No estudo do PAR, existem os dados, mas não se reproduziu parte da pesquisa, para uma leitura melhor do motivo do elevado índice de evasão escolar. Ainda na primeira série chega-se ao índice de 21,7% (vinte e um vírgula sete por cento), e na oitava série ao alto abandono de 35,7 (trinta e cinco vírgula sete por cento). Por si só os números sugerem que algo tem de ser feito com urgência.

TABELA 30
TAXAS DE RENDIMENTOS – REDE MUNICIPAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA, 2001 e 2005

Fase – nível	Ano	Taxa abandono Rural (%)	Taxa abandono Urbano (%)	Total (%)
1ª série – 2º ano	2001	30,1	27,9	21,7
	2005	13	16	20
2ª série – 3º ano	2001	19,3	18,4	16,7
	2005	12,9	14,4	16,2
3ª série – 4º ano	2001	16,9	16,9	16,9
	2005	11,1	14,3	18
4º série – 5º ano	2001	13,1	12,7	12
	2005	13	14,5	16
5ª série – 6º ano	2001	15	16,7	18,8
	2005	19,8	23,8	28,1
6ª série - 7º ano	2001	12,6	13,5	14,4
	2005	21,2	20,9	20,7
7ª série – 8º ano	2001	5,6	8,2	10
	2005	21,2	20,9	20,7
8ª série – 9º ano	2001	8,2	7,8	7,6
	2005	23,7	29	35,7

FONTE: SANTA MARIA DA VITÓRIA/SEMECE, 2008. Elaborado pelo autor

Levando em conta que em 2001, conforme Tabela 12, foram matriculados 12.699 (doze mil seiscentos e noventa e nove) alunos, e pegando uma média de abandono de 18,8% (dezoito vírgula oito por cento) (da 5ª série – 6º ano), ao final do mesmo ano, haveria em torno de dois mil trezentos e oitenta e sete abandono escolar.

No diagnóstico do PAR, por questões pontuais, dividiu-se em quatro dimensões, a saber: 1. gestão educacional; 2. formação de professores e de profissionais de serviços e de apoio escolar; 3. práticas pedagógicas e avaliação; 4. e infraestrutura física e recursos pedagógicos.

A partir do diagnóstico, foi realizada uma síntese dos conceitos gerados por dimensão e os respectivos indicadores, ou seja, propostas de ação. Por exemplo, foi constatado não existir um plano Municipal de Educação e o que existe é a indicação de sua implantação, o que no PAR é chamada demanda potencial.

Com base nas informações coletadas, foi feito o detalhamento do PAR para o período de quatro anos e o cronograma financeiro para o primeiro ano. O detalhamento compreende:

- especificação da ação, o que corresponde à identificação dos diferentes e principais insumos necessários à sua execução;
- caracterização da metodologia, ou seja, como a ação será executada;
- estimativa do período de realização, com as datas de seu início e término;
- nomeação do responsável, na prefeitura, pela execução da ação;
- resultados esperados;
- unidade de medida a ser usada como referência básica para o dimensionamento físico e financeiro;
- quantidade anual, prevista para cada ano do período de planejamento de quatro anos;
- custo unitário estimado e custos anuais;
- programa do MEC, que poderá apoiar técnica ou financeiramente a ação.

No total, o PAR de Santa Maria da Vitória elencou 27 (vinte e sete) ações, a saber:

1. implantar e/ou reestruturar o Plano Municipal de Educação;
2. implementar o Plano de Carreira para os profissionais de serviço e apoio escolar;
3. expandir as atividades de contraturno nas escolas da rede, observando a articulação das atividades com o PP de cada escola;
4. implantar o ensino fundamental de nove anos e reestruturar a proposta pedagógica da rede;
5. implantar a política de apoio às escolas no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de metodologias específicas, inclusive para atividades voltadas para a educação integral e integrada e outras na comunidade escolar;

6. assegurar o acesso à formação mínima exigida em Lei a todos os professores que atuam nas creches;
7. assegurar o acesso à formação mínima exigida em Lei a todos os professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental;
8. assegurar o acesso à formação mínima exigida em Lei a todos os professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental;
9. assegurar o acesso à formação mínima exigida em Lei a todos os professores que atuam na pré-escola;
10. formular e implementar políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental;
11. formular e implementar políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, considerando também as especificidades das escolas do campo, em particular as escolas de organização multietária ou multisseriadas;
12. implementar políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam na educação infantil (creches e pré-escolas), considerando a Lei 10.639;
13. promover programas de formação e habilidades específicas para professores que atuam em educação especial, em escola do campo, nas comunidades quilombolas e nas indígenas, e que contemplem também as temáticas: ambiental, direitos humanos;
14. definir e implementar políticas para correção de fluxo;
15. incluir como componente da política educacional o estímulo à autoavaliação e as práticas interdisciplinares;
16. orientar as escolas a incluírem no PP oferta do tempo para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem durante o ano letivo;
17. adequar ou construir as instalações da biblioteca, adotando os padrões mínimos e a acessibilidade, considerando, ainda, as especificidades das escolas indígenas e do campo;
18. definir e implementar gradativamente padrões mínimos de funcionamento para todas as escolas da rede;
19. implantar gradativamente laboratórios de informática, artes, ciências e salas de recursos multifuncionais a partir das orientações do manual de padrões

- mínimos, inclusive nas escolas indígenas e do campo;
20. implantar gradativamente espaços adequados para as práticas desportivas dos alunos, a partir das orientações do manual de padrões mínimos, inclusive nas escolas indígenas e do campo;
 21. incluir como componente da política educacional a adequação dos espaços escolares às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
 22. dotar gradativamente todas as escolas de cozinhas e refeitório, de acordo com os critérios definidos no manual de padrões mínimos definidos para a rede;
 23. implantar gradativamente sala de vídeo nas escolas da rede com materiais didáticos atualizados;
 24. implantar política de inserção das escolas na rede mundial de computadores;
 25. desenvolver uma estratégia de distribuição e reposição anual de equipamentos e materiais esportivos, visando incentivar e valorizar a adversidade, bem com estimular a prática esportiva e o espírito de competição e solidariedade;
 26. elaborar plano de aquisição de materiais didáticos diversos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos) para todas as escolas da rede;
 27. elaborar política pedagógica que considere e valorize a diversidade racial, cultural, deficiência e altas habilidades/superdotação.

Em relação ao acompanhamento e avaliação ficou definido assim: durante a execução do PAR, o acompanhamento sistemático das ações é fundamental e contará, quando necessário, com o apoio da equipe técnica do MEC. A avaliação do processo de implementação do plano será realizada continuamente e deverá captar em que medida as estratégias e opções metodológicas utilizadas no desenvolvimento das ações são adequadas para concretizar os objetivos propostos. Assim, periodicamente serão enviados ao MEC relatórios com a explicitação estruturada de todos os procedimentos de acompanhamento e avaliação sistemática da execução do plano e dos resultados alcançados.

Em termos gerais, este é o resumo do PAR elaborado pelo município. Em 2008, ano de eleição municipal, o gestor da época não conseguiu fazer o “sucessor que ele indicou”. Como é comum no Brasil, praticamente toda a equipe da Secretaria

Municipal de Educação de Santa Maria da Vitória foi alterada.

O PAR sofreu pequenas revisões, pois, segundo a atual Secretária da Educação do município, professora Edlar Gomes, “o diagnóstico não foi bem elaborado, o que prejudicou o PAR como um todo”.

De qualquer modo, a ajuda do Ministério da Educação na elaboração do PAR foi um avanço para a educação municipal, pois aponta ações concretas para a melhoria do sistema. Será que isso acontecerá?

CONCLUSÃO

Compreende-se, para efeito desta pesquisa, ser a política pública de educação um espaço privilegiado de construção de cidadanias, conseqüentemente, espaço de desenvolvimento de pessoas capazes de comandar o crescimento político, social e econômico de um território. O presente estudo analisou como essa política desenvolveu-se num período de oito anos no município de Santa Maria da Vitória, cuja síntese é apresentada nesta conclusão e, ao seu final, apontar-se-á perspectivas para a melhoria do sistema municipal de educação.

Percebe-se, no primeiro capítulo, que Santa Maria da Vitória, maior município em termos de população do Território da Bacia do Rio Corrente, tem a vocação de centralizar os órgãos regionais, tanto os federais como os estaduais, devido, também, à sua localização, uma vez que os municípios das extremas do território, Côcos e Brejolândia, estão distantes de Santa Maria da Vitória, em sentidos opostos, 104 (cento e quatro) e 125 (cento e vinte e cinco) quilômetros, respectivamente. Procurou-se caracterizar o município com várias informações sócio-econômicas e educativas, no sentido de garantir um diagnóstico, objetivando um melhor quadro de dados para o estudo.

No segundo capítulo, a intenção foi estudar os conceitos de políticas públicas educacionais e a realidade no Território da Bacia do Rio Corrente e em Santa Maria da Vitória. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei que criou o Plano Nacional de Educação (PNE) são as referências para o entendimento da política educacional. Também o Plano Estadual de educação foi usado para uma melhor descrição do conceito estudado, assim com a Lei que criou o Sistema Municipal de Educação.

Já no terceiro capítulo, detalhou-se a pesquisa de campo realizada com a comunidade escolar, que buscou identificar as diferentes repercussões da política educacional nas duas localidades do município, Inhaúmas e Mocambo, onde estão as duas escolas referências do estudo. Ao realizar a pesquisa de campo, percebeu-se o quanto a comunidade escolar tem a capacidade de entender a realidade, mas,

ao mesmo tempo, dificuldade em transformá-la.

Entre os professores pesquisados existe uma opinião unânime de que a valorização do magistério foi pequena no período, o que, também, não colabora para uma melhor organização da unidade escolar. A falta de uma melhor estrutura para a escola também é quase uma unanimidade entre os entrevistados, sendo que o computador e a internet também são colocados como essenciais na cesta de consumo da escola.

No quarto capítulo, apresentou-se o Plano de Ações Articuladas (PAR) municipal, que foi uma tentativa de contribuir para melhorar a qualidade das escolas, quando estipulou ações, com prazos, como: implementar o plano de carreira do magistério; expandir as atividades de contraturno nas escolas da rede; implantar o ensino fundamental de nove anos; implantar política de apoio às escolas no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de metodologias específicas; assegurar o acesso à formação mínima exigida em lei a todos os professores; oportunizar a discussão dos conceitos e conteúdos trabalhados no processo de formação dos professores e sua transposição para o espaço escolar; definir e implementar políticas para correção de fluxo; orientar as escolas a incluírem no projeto pedagógico oferta do tempo para assistência individual e/ou coletiva para os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem durante o ano letivo; adequar ou construir as instalações de bibliotecas, entre outras ações. Constatou-se que a maioria das ações propostas não foi, até o final do ano de 2010, realizada.

A partir dessa breve descrição do desenvolvimento da pesquisa, pode-se dizer que foram levantados alguns dos principais fatores que interferem na efetivação das políticas públicas educacionais no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria da Vitória, bem como se alcançou o principal objetivo da pesquisa, como também a efetivação dos seus objetivos específicos, e a constatação da hipótese aqui estabelecida.

Entre os pais e alunos, 93% (noventa e três por cento) entendem que o funcionamento de uma unidade escolar na localidade colabora para o desenvolvimento local. Apesar dos professores reclamarem que os pais só

comparecem à unidade escolar quando convidados, a quase totalidade dos pais acham que a escola atende melhor a comunidade, também, realizando mais reuniões com eles. Mas é preciso considerar que os alunos também pedem mais reuniões. Duas constatações: os alunos procuram um caminho para a solução de suas dificuldades no processo ensino aprendizagem, e os pais, inconscientemente, delegam aos “outros pais” a tarefa de participarem das reuniões para a ajuda possível, uma vez que acontece a pouca participação desse segmento no dia-a-dia da unidade escolar. Ou seja, a hipótese levantada, de que comunidade escolar entende como importante o funcionamento da escola, mas tem dificuldade de participar do processo educacional, confirma-se, porque, de fato, sua participação no processo educacional é muito incipiente.

A hipótese confirma-se também quando se constata que o município ainda não tem o Plano Municipal de Educação; quando muitas das ações propostas no Plano de Ações Articuladas não foram realizadas; quando não se pensa uma política de formação continuada para os professores; quando se produz uma grande evasão escolar, o que também contribui para a diminuição da população municipal, etc.

Os recursos “novos”, oriundos das Leis de financiamento da educação pública nacional, a partir do ano de 1997, poderiam ter sido utilizados para equipar melhor as estruturas físicas das unidades escolares, uma vez que 40% (quarenta por cento) do total do valor aluno/ano devem ser aplicados na manutenção do ensino. Também não se aproveitou, do ponto de vista da gestão, do fato que um único grupo político ficou à frente do executivo municipal durante oito anos. Um dos pontos negativos foi a manipulação dos conselhos ligados à educação (da merenda escolar, do FUNDEF e o próprio conselho municipal de educação), impedindo, assim, de executarem, com liberdade, seus papéis.

Também faltou um sincronismo melhor do sistema municipal de educação com as esferas do estado e da União, num processo contínuo de colaboração entre os entes federados, como forma também de garantir a melhoria do sistema educacional.

A pesquisa permite algumas considerações que sugerem um melhor aproveitamento das políticas públicas educacionais no município, apontando para uma metodologia

de participação da sociedade civil, interagindo com os poderes executivo e legislativo. Do ponto de vista do planejamento territorial e do desenvolvimento social, o município tem ferramentas de gestão disponíveis em várias áreas dos governos estadual e federal. A própria elaboração, execução e acompanhamento do PAR é uma prova de que se pode trabalhar em parceria.

O sistema municipal de educação de Santa Maria da Vitória, no mínimo, deve:

1. priorizar a formação em nível superior de todos seus professores;
2. promover a “erradicação” do analfabetismo da leitura e da escrita nas pessoas acima dos quinze anos de idade;
3. entrar organizadamente na luta pela implantação da Universidade Federal do Oeste Baiano no Território do Rio Corrente;
4. e instituir seu Plano Municipal de Educação.

Em relação à formação de professores, o sistema municipal não organizou uma política para a área, o que prejudica em muito a qualidade da educação municipal. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, o sistema municipal ainda possui cento e sessenta e seis professores que não têm graduação.

Explorar a Universidade Aberta do Brasil, que abrirá um pólo em Santa Maria da Vitória, para a formação superior de todos os professores que dela necessitam, pode ser um bom começo nessa importante tarefa de garantir a qualidade no ensino em Santa Maria da Vitória, pois, além da possibilitar a primeira graduação, oferece a segunda licenciatura para quem necessita se adequar à disciplina que trabalha, e também ajuda na formação continuada de todos os professores.

Importante ressaltar que um professor bem formado, que pense para além dos “muros da escola”, pode colaborar muito com o sistema. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, a rede municipal possui 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) professores, o que dá um professor para cada cem habitantes do município. Teoricamente, um grande poder de influência, em qualquer sentido.

Em se tratando de melhoria no sistema educacional, já foi exposto neste trabalho a

importância da alfabetização. Para que o sistema municipal de educação consiga “erradicar” o analfabetismo da leitura e da escrita precisa priorizar a participação no programa TOPA – Todos pela alfabetização - em parceria com os governos Estadual e Federal. Para 2011, havendo a vontade política do município, pode-se abrir quantas turmas forem necessárias para se alcançar o objetivo do programa.

Sobre o Plano Municipal de Educação é necessário uma maior discussão. É importante o município ter um Plano Municipal de Educação que dará um rumo ao sistema municipal. Plano esse que deve ser construído com a participação da comunidade. O próprio MEC orienta a construção ao afirmar, “quanto maior a comunidade educativa, mais possibilidades existem para o surgimento das ideias novas que são o motor do desenvolvimento humano” (BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p.30).

E boa parte dos recursos para a implementação do Plano Municipal já está garantido. No ano de 2011, pelos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Santa Maria da Vitória receberá, no mínimo, R\$ 15.769.310,27 (quinze milhões, setecentos e sessenta e nove mil, trezentos e dez reais e vinte e sete centavos) para investir na educação infantil e no ensino fundamental, através do FUNDEB. Outros recursos virão do Estado e da União, como os destinados para a merenda e o transporte escolar. E essa fonte de recurso, como tem demonstrado desde 1998, é confiável, possibilitando fazer um planejamento anual seguro. Só para se ter uma noção geral, a receita do FUNDEB para o Brasil em 2011 é de R\$ 94,48 (noventa e quatro vírgula quarenta e oito) bilhões de reais.

Santa Maria da Vitória possui 15 (quinze) escolas na zona urbana, com 225 (duzentos e vinte e cinco) professores, e 62 (sessenta e duas) escolas na zona rural, com 205 (duzentos e cinco) professores. Só esse dado já possibilita uma série de discussões e aponta a falta de planejamento, inclusive geográfico, pois metade da população está na zona rural, e se gasta, segundo a secretaria de educação, mais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mensalmente com transporte escolar.

E para que exista um espaço de pesquisa e estudo que colabore com o sistema municipal de educação, a implantação da Universidade Federal do Oeste em Santa

Maria da Vitória é fundamental. Esse projeto está na Casa Civil do Governo Federal, faltando empenho político para ser assinado. Essa deve ser uma tarefa do Território, sob a liderança do município pólo.

Enfim, existe uma boa perspectiva para a melhoria da educação em Santa Maria da Vitória. Para tanto, faz-se necessário uma sinergia na política de organização da sociedade Santamariense, priorizando, pelo entendimento do presente estudo, a elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação.

REFERÊNCIAS

AVENA, Armando (Organizador). **Bahia. Temas estratégicos:** subsídios para a formulação de políticas públicas. Salvador: SEPLAN, 2006.

BAHIA. **Análise & dados.** Salvador, BA: SEI, 2009.

_____. Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação da Bahia/Secretaria da Educação.** Salvador, BA: SEC, 2006.

_____.SEI. **Dados da Educação Municipal baiana.** Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/municipio/mapa/index_mapa.htm>. Acesso em: 20 set. 2010.

_____. SEI. **Regiões da Bahia.** Salvador, 2010. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/municipio/mapa/index_mapa.htm>. Acesso em: 20 set. 2010.

_____.SEPLAN. **Territórios de Identidade.** 2010. Disponível em: <www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em 16 nov. 2010.

BISILLIAT, Jeane. **Diadema, lá onde os rios refluem, 20 anos de democracia e poder local.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

BOFF, Leonardo. **O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

_____/Câmara dos Deputados. **Íntegra do discurso de posse da presidenta Dilma Rousseff no congresso.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/?Ink=1559-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO-3935&selecao=MAT&materia=115263&programa=41>>. Acesso em 20 jan. 2011.

_____. **Emenda Constitucional n. 14,** de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm> Acesso em: 12 nov. 2010.

_____. **Decreto nº 6.094/2007,** de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a

participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados populacionais**. 1996 - 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico das cidades. s/d**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=292810>. Acesso em 12 dez. 2010.

_____. INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**. 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. INEP. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar**. 1997 - 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 15 fev. 2010

_____. **LEI nº 10.172/2001**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=358>. Acesso em: 30 ago. 2010.

_____. **Lei nº 9.424/1996**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424.htm>. Acesso em: 09 set. 2010.

_____. RECEITA FEDERAL. **Receita do FUNDEF e FUNDEB do Município de Santa Maria da Vitória**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime** : Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF : Ministério da Educação, 2006.

_____, **Retrato**. 2.ed. rev. Belo Horizonte: Manifesto, 2007.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALLEGARI, Cesar. **O FUNDEB e o financiamento da educação pública no estado de São Paulo**. 4. ed. São Paulo:Aquariana, 2009.

CASTRO, Osório Alves de. **Porto Calendário**. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 2003.

CORRAGIO, José Luis. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel - a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 11.ed. São Paulo: Ática, 1995.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <www.dowbor.org.br>. Acesso em: 05 set. 2010.

DOMINGUES, Marta Regina. TEIXEIRA, Marilane Oliveira (organizadoras). **Índice de desenvolvimento territorial, estudos de aplicabilidade**. São Paulo: CUT, 2007.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde de catarianas (Paraguaçu), filipas, madalenas, anas , genebras, apolônias e graças até os severinos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GENTILI, Pablo, SILVA, Tomaz Tadeu da (organizadores). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais, rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HEIDEMANN, Francisco G., SALM, José Francisco (organizadores). **Políticas públicas e desenvolvimento, bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia Científica. Ênfase em Pesquisa Tecnológica**. 3ª Edição Revisada e Ampliada– 2003. Disponível em CD-ROM - Publicação Eletrônica Invendável. Destina-se a Difusão Tecnológica Gratuita – Incentivo a Produção Científica Nacional. Disponível na WEB – Gratuitamente em: <http://www.jung.pro.br>

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação da antiguidade aos nossos dias**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos & dês\$conto\$**. Brasília: Idéa, 1997.

_____. **13 lições sobre fazer-se educador no Brasil**. Brasília: Idéa, 2000.

_____. **Plano Municipal de Educação, fazer para acontecer.** Brasília: Idéa, 2002.

_____. **Ideias para a construção da qualidade da educação.** Brasília: Idéa, 2007.

OLIVEIRA, Valdeci A. **Valorização do professor e a influência na qualidade da educação.** São Paulo. Xamã, 2003.

SANTA MARIA DA VITÓRIA. **Lei Municipal nº 643/2003**, de 19 de dezembro de 2003. Cria o Sistema Municipal de Educação. 2003. Disponível em: <<http://camamrasmv.com.br/>>. Acesso em: 05 set. 2010.

_____. Secretaria Municipal da Educação. **Plano de ações articuladas - PAR.** 2007 (digitalizada)

_____. **Decreto nº 675/2008**, de 29 de fevereiro de 2008. Cria o Comitê Gestor do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e dá outras providências. Santa Maria da Vitória: SEMECE, Secretária da Administração, 2008.

SANTOS, Milton. Entrevista sobre o Brasil e o Mundo Atual. In: **Território e Sociedade.** Fundação Perseu Abramo. 2. ed, São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação:** por uma outra política educacional. 2. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA PAIS E ALUNOS

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

PESQUISADOR: VALDECI AUGUSTO DE OLIVEIRA

TÍTULO DA PESQUISA:

**REALIDADE EDUCACIONAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA (2001 – 2008) E
SUAS PERSPECTIVAS**

1) Você acredita que o bom funcionamento na comunidade de uma escola municipal ajuda no desenvolvimento local? sim não

2) Se a sua resposta foi sim, diga se:

ajuda pouco?

ajuda muito?

Por quê? Explique.

3) De que maneira o funcionamento de uma escola municipal pode ajudar no desenvolvimento local da comunidade?

4) A escola da sua comunidade tem todos os recursos necessários para um bom

funcionamento (professores, direção, administração da escola, salas de aula, mesas, cadeiras, quadro negro, pintura da escola, áreas de recreação e outros aspectos)? sim parcialmente não

O que falta? _____

5) Quais os recursos que você acha necessários para um perfeito funcionamento da unidade escolar?

6) Quais as sugestões que você pode dar para que a escola municipal possa atender melhor a sua comunidade?

- Mais reuniões dos professores com os pais?
- Oferta de mais esporte para os alunos?
- Criar ou melhorar a biblioteca escolar?
- Abrir a escola para festas e encontros da comunidade?
- Conseguir vídeo e filmes para os alunos?
- Outros (dizer quais) _____

7) Você considera os professores capacitados e bem treinados para dar boas aulas para os alunos? Sim Pouco treinados Não

8) Quantas reuniões com os pais você considera que deveria haver na escola por ano? Uma Duas Quatro Mais? (quantas?) _____

9) Que outras sugestões você daria para melhorar o ensino no Município?

10) Quais os recursos que você acha necessários para um perfeito funcionamento da unidade escolar?

11) Quais as sugestões que você pode dar para que a escola municipal possa atender melhor a sua comunidade?

- Mais reuniões dos professores com os pais? ()
- Oferta de mais esporte para os alunos? ()
- Criar ou melhorar a biblioteca escolar? ()
- Abrir a escola para festas e encontros da comunidade? ()
- Conseguir vídeo e filmes para os alunos? ()
- Outros (dizer quais) _____

12) Você considera os professores capacitados e bem treinados para dar boas aulas para os alunos?

Sim () Pouco treinados () Não ()

13) Quantas reuniões com os pais você considera que deveria haver na escola por ano?

Uma () Duas () Quatro () Mais?(quantas?) () _____

14) Que outras sugestões você daria para melhorar o ensino no Município?

**APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA PROFESSORES
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

PESQUISADOR: VALDECI AUGUSTO DE OLIVEIRA

TÍTULO DA PESQUISA:

**REALIDADE EDUCACIONAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA (2001 – 2008) E
SUAS PERSPECTIVAS**

1) No período de 2001 a 2008, qual foi a contribuição da unidade escolar em que você trabalhou para o desenvolvimento local e da comunidade?

2) Qual sua avaliação da participação da comunidade escolar no processo educacional da unidade escolar?

3) A unidade escolar tem todos os recursos necessários para um bom funcionamento? Se a resposta for não, diga o que falta.

4) Qual sua avaliação sobre o processo de valorização do professor ocorrido no período de 2001 a 2008? (Salarial, oportunidades de reciclar, administração da escola, material didático, salas de aula dignas e com material, etc.)

5) Qual a diferença que você observou entre o aproveitamento de um aluno que mora próximo da unidade escolar daquele que, morando distante, precisa de transporte escolar?

6) Qual sua opinião sobre o currículo escolar aplicado naquele período?

7) A unidade escolar em que você trabalha está situada na zona rural ou urbana?

rural urbana

8) Qual sua compreensão do que vem a ser a zona rural e a zona urbana?

9) Como você avalia o desempenho do aluno de área rural em relação ao aluno de área urbana?

10) O território atendido pela unidade escolar onde você trabalha ganhou ou perdeu população no período de 2001 a 2008? Por quê?

11) Cite três aspectos ou iniciativas que você considera importantes para melhorar o desempenho de uma escola no ensino e na comunidade.

12) Qual a relação que você entende existir entre educação básica e o processo de desenvolvimento municipal?
